



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 12/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026
PROCESSO DIGITAL Nº 9.084/2026
TIPO MENOR PREÇO POR LOTE – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME, EPP OU MEI PARA O LOTE 2

DATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO: 22 DE JUNHO DE 2026
HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: 09h
ENDEREÇO ELETRÔNICO - <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras>
CÓDIGO UASG: 926434

A Câmara Municipal de Araucária, Paraná, por meio do Pregoeiro, designado pela Portaria nº 450/2025, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do **TIPO MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal nº 39.132/2023, Portarias 245/2020 e 376/2025.

A PARTICIPAÇÃO NESTA LICITAÇÃO IMPLICA PLENO CONHECIMENTO DE SUAS INSTRUÇÕES, NÃO CABENDO, APÓS SUA ABERTURA, ALEGAÇÕES DE DESCONHECIMENTO DE SUBITENS, OU RECLAMAÇÕES QUANTO AO SEU CONTEÚDO. ANTES DE ELABORAR PROPOSTAS AS LICITANTES DEVERÃO LER ATENTAMENTE O EDITAL E DEMAIS DOCUMENTOS ANEXOS.

1 DO OBJETO

- 1.1** A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços gráficos, por meio da proposta mais vantajosa, com posterior formalização de Ata de Registro de Preços (ARP), para atendimento das demandas institucionais, educativas e de integração comunitária da Câmara Municipal de Araucária, vedada a utilização dos materiais para promoção pessoal de agentes públicos, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

2 DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1** As regras referentes aos órgão gerenciador e participantes, são as que constam no item 11 deste Edital e na minuta de Ata de Registro de Preços, Anexo V.

3 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 3.1.1** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2** O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Não poderão disputar esta licitação:

- I)** aquele que não atender às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);
- II)** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- III)** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- IV)** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- V)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- VI)** agente público do órgão ou entidade licitante;
- VII)** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- VIII)** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- IX)** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- X)** Empresas não enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte, microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto nº 8.538, de 2015, especificamente para o lote 2.

3.6 O impedimento de que trata o item 3.5 subitem II) será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7 A vedação de que trata o item 3.5 subitem VI) estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Edital, proposta com a descrição dos objetos ofertados (por lote) e o preço (por item do respectivo lote), conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2 O valor máximo estimado para a aquisição do objeto da presente licitação é de **R\$ 160.529,46 (cento e sessenta mil, quinhentos e vinte e nove reais e quarenta e seis centavos)**. A



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

competitividade do certame licitatório se fará pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**, devendo o licitante formular sua proposta e lances observando o valor máximo para cada item, definido no Anexo I, do presente Edital, não podendo ultrapassá-lo, sob pena de desclassificação.

- 4.3** O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 4.4** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- I)** Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - II)** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
 - III)** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
 - IV)** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 4.6** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6.1** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.
- 4.7** A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.8** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- I)** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- II)** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1** O valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 4.13** O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
- 5.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- I)** Valor unitário e total de cada item, com duas casas decimais. O sistema disponibiliza quatro casas decimais, por este motivo, salienta-se que é de inteira responsabilidade do fornecedor o preenchimento correto do valor da proposta;
- II)** Inclusão dos documentos da proposta, conforme modelo proposto no Anexo III deste Edital, em formato PDF, no campo “Incluir Anexo da Proposta”.
- III)** Marca;
- IV)** Fabricante;
- V)** Descrição do objeto, contendo a descrição detalhada de cada item. Caso não informada a licitante se compromete a ofertar o serviço de acordo com as especificações contidas no Edital e Termo de Referência.
- 5.2** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos serviços.
- 5.3** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.4** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação. Caso o prazo de validade da proposta, não esteja expresso no sistema COMPRAS.GOV.BR, a licitante se compromete a cumprir o prazo estipulado neste item.
- 5.5** É vedada ao licitante, sob pena de desclassificação, a identificação da proposta de preços no sistema eletrônico (esta vedação não se refere a proposta de preços anexada, e sim às informações digitadas no sistema).
- 5.6** O licitante deverá enviar seus documentos para habilitação, em formato PDF, mediante anexo, no sistema eletrônico, no campo “Incluir Anexo da Habilitação”.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 5.7 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.
- 5.8 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.9 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6 O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.7 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.9 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.10 Os lances deverão observar intervalo mínimo de diferença de R\$ 0,01 (um centavo) entre os valores ofertados.
- 6.11 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.12 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa combinado “**aberto e fechado**”. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 6.13** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.13.1** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.13.2** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.13.3** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.13.4** Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.
- 6.13.5** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente aos Gestores do Sistema COMPRAS.GOV.BR;
- 6.13.6** Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 6.13.7** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.14** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.15** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.16** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.17** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.18** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.19** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa combinado aberto e fechado.
- 6.19.1** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- I)** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - II)** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- III) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- IV) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I) Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- II) Empresas brasileiras;
- III) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.20.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.2 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.3 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.4 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitabilidade da proposta vencedora.

7 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado por lote (Acórdão nº 1455/2018 -TCU – Plenário), ou que apresentar preço manifestadamente inexequível.

7.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais/por lote ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 7.4** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 7.5** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 7.6** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de duas horas sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.7** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 7.8** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço ofertado, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio do Sistema COMPRAS.GOV.BR. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio de e-mail: pregoeiro@araucaria.pr.leg.br, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.9** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.10** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.11** O Pregoeiro poderá solicitar pareceres técnicos ao quadro de pessoal das Diretorias ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 7.12** O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação da proposta escrita ou ainda catálogos, ou outros documentos necessários para a sua avaliação por meio da opção “enviar anexo” do Sistema COMPRAS.GOV.BR. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail: pregoeiro@araucaria.pr.leg.br. Quando a descrição detalhada do objeto, constante no sistema COMPRAS.GOV.BR, não for suficiente para análise da área técnica, caso em que, individualmente, o Pregoeiro comunicará a necessidade do envio via chat, estabelecendo prazo para tal.
- 7.13** O licitante que deixar de enviar a documentação solicitada conforme especificado anteriormente, terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo à aplicação de sanções previstas neste Edital.
- 7.14** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.15** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.16** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítals quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 7.17** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Câmara Municipal de Araucária, aos cuidados do Pregoeiro no endereço: Rua Irmã Elizabeth Werka, 55,



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

Fazenda Velha, Araucária/PR - CEP 83.704-580, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro no sistema COMPRAS.GOV.BR.

8 DA FASE DE JULGAMENTO

- 8.1** Encerrada a etapa de aceitabilidade da proposta vencedora, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.5 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- I)** SICAF;
 - II)** Cadastro de Impedidos de Licitar, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR;
 - III)** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
 - IV)** Consulta ao CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas;
 - V)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e demais comprovações cabíveis.
- 8.2** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.3** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação, conforme abrangência da penalidade.
- 8.4** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.5** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto no art. 97 do Decreto nº 39.132/2023.
- 8.6** O interessado, para efeitos de habilitação prevista conforme disposto na Seção V - Da Habilitação, do Decreto nº 39.132/2023, mediante utilização do sistema deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil, anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 8.7** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 8.8** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 8.9** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 8.10** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 8.11** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados a Câmara Municipal de Araucária, aos cuidados do Pregoeiro a no endereço: Rua Irmã Elizabeth Werka, 55, Fazenda Velha, Araucária/PR - CEP 83.704-580, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro no sistema COMPRAS.GOV.BR.
- 8.12** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.13** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- I)** Contiver vícios insanáveis;
 - II)** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital;
 - III)** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - IV)** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - V)** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.14** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.15** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 8.15.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 8.15.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.16** Caso o Termo de Referência, Anexo II deste Edital, exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.17** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.18** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema, ou por correio eletrônico.
- 8.19** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.20** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência, Anexo II deste Edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

9 DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2 Ressalvado o disposto no item 4.5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- I)** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- II)** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- III)** Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja validade e autenticidade deverão ser confirmadas mediante verificação do QR Code constante no documento apresentado;
- IV)** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- V)** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- VI)** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- VII)** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- VIII)** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- IX)** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- I)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- II)** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- III)** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- IV)** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- V)** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação, conforme art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021.
- VI)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- VII)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- VIII)** Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- IX)** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- X)** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.2.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

- I)** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação, ou de sociedade simples;
- II)** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso;
- III)** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos

9.2.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- I)** Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento de materiais gráficos em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto licitado;
- II)** Para fins da comprovação de que trata o item anterior, os atestados deverão demonstrar que a licitante executou fornecimentos compatíveis com o objeto, contemplando, no mínimo, impressão e/ou produção de materiais gráficos, tais como impressos institucionais, materiais de comunicação visual ou itens correlatos;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- III)** Os atestados deverão referir-se a atividades desenvolvidas no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da licitante, conforme disposto em seu contrato social vigente, compatíveis com o fornecimento de materiais gráficos;
 - IV)** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativos mínimos, a soma de atestados relativos a fornecimentos executados de forma concomitante ou não, desde que comprovada a capacidade técnico-operacional da licitante;
 - V)** A licitante deverá disponibilizar, quando solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigidos, dentre outros documentos, cópia do contrato que lhes deu suporte, notas fiscais, indicação do local de execução e dados para contato da contratante;
 - VI)** Declaração de que a licitante atende aos requisitos de habilitação e de que as informações prestadas são verdadeiras, sob as penas da lei, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;
 - VII)** Declaração de que a licitante possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes ao objeto da contratação, assumindo total responsabilidade pela execução do objeto;
 - VIII)** A declaração mencionada no item anterior poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo representante legal da licitante, atestando o conhecimento pleno das condições de execução contratual.
- 9.3** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.
- 9.4** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.5** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados.
- 9.5.1** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação do licitante.
- 9.6** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.
- 9.6.1** Os documentos não disponíveis no SICAF deverão ser enviados pelo sistema, em formato digital, no prazo fixado pelo pregoeiro.
- 9.7** A verificação no SICAF e a exigência de documentos complementares serão realizadas apenas em relação ao licitante melhor classificado.
- 9.8** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- I)** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - II)** Atualização de documentos vencidos após a data de apresentação.
- 9.9** Poderão ser sanados erros ou falhas formais que não alterem a substância dos documentos, mediante decisão fundamentada.
- 9.10** Na hipótese de inabilitação do licitante, serão analisadas as propostas subsequentes, na ordem de classificação.
- 9.11** Os documentos de habilitação do licitante vencedor serão disponibilizados para acesso público após a conclusão da fase.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

9.12 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação e não como condição para participação na licitação, conforme art. 4º do Decreto nº 8.538/2015.

10 DA GARANTIA DOS ITENS

10.1 Não será exigida garantia.

11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.3 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.4 O prazo de vigência da ata de registro de preços, contando a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Diário Oficial do Município, será de 01 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme Decreto Municipal nº 39.132 de 2023.

11.5 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

11.6 Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação.

11.7 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.8 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.9 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a CMA convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

11.10 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.11 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

11.12 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento (emissão da Ordem de Compra), a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I.** A possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- II.** A modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ARP e da Administração Pública;
 - III.** Seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.
- 11.13** A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ARP, cabendo a Fiscalização de Contratos a análise e deliberação a respeito do pedido.
- 11.14** Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Fiscalização de Contratos e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
- 11.15** Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
- 11.16** Da inexecução e cancelamento da Ata de Registro de Preços.
- 11.16.1** O registro do preço do fornecedor será cancelado, conforme disposto no art. 305 do Decreto Municipal nº 39.132/2023, pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
- I)** For liberado;
 - II)** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
 - III)** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - IV)** Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133 de 2021;
 - V)** Não aceitar o preço revisado pela Administração.
- 11.16.2** A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, conforme disposto no art. 306 do Decreto Municipal nº 39.132/2023, pelo órgão gerenciador:
- I)** Pelo decurso do prazo de vigência;
 - II)** Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
 - III)** Por fato superveniente, decorrente força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
 - IV)** Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
 - V)** O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.
 - VI)** No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, conforme disposto no art. 307 do Decreto Municipal nº 39.132/2023, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
 - VII)** Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no inciso VI) deste subitem, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

12 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 12.1** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- I)** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - II)** Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 12.2** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 12.2.1** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 12.2.2** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 12.3** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- I)** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - II)** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 12.4** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- I)** Convocar os licitantes que mantiverem sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário, conforme §3º do art. 303 do Decreto 39.132/2023.
 - II)** A Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório, conforme o Decreto 39.132/2023.
 - III)** A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.
- 12.5** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ARP, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.
- 12.6** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.7** É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.
- 12.8** O registro do preço do fornecedor será cancelado conforme disposto no art. 305 do Decreto Municipal nº 39.132/2023, pela CMA, conforme subitem 11.16.1 deste termo de referência.

13 DOS RECURSOS

- 13.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 13.2** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 13.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- I)** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - II)** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 13.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.6** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.10** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.araucaria.pr.leg.br> - Portal da Transparência – Compras/Licitações, ou <https://camaraaraucaria.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>.
- 14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 14.1** Emitir Ordem de Compra/Empenho;
- 14.2** Encaminhar para a CONTRATADA, Ordem de Compra em arquivo digital, via correio eletrônico (através do e-mail: compras@araucaria.pr.leg.br);
- 14.3** Efetuar o pagamento após os itens recebidos definitivamente;
- 14.4** Aprovar ou reprovar os itens, após a vistoria e entrega dos mesmos;
- 14.5** Supervisionar, fiscalizar e atestar a entrega dos itens pela CONTRATADA;
- 14.6** A fiscalização exercida pela CONTRATANTE terá, em especial, poderes para acompanhar e sustar a entrega dos itens que estejam em desacordo com as especificações, normas ou sua orientação;
- 14.7** Notificar a CONTRATADA por escrito, através da Fiscalização de Contratos, sobre a aplicação de eventuais penalidades através da Gestão de Contratos, garantindo o contraditório e a ampla defesa.
- 14.8** Aplicar à CONTRATADA, eventuais penalidades por meio da Gestão de Contratos, garantindo o contraditório e a ampla defesa.
- 14.9** Garantir o livre acesso às dependências da Câmara Municipal de Araucária aos funcionários da empresa durante o horário estipulado para a entrega dos itens.
- 14.10** A Administração deverá observar, rigorosamente, durante toda a execução contratual, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos no art. 37 da Constituição Federal.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 14.11** Compete à CONTRATANTE zelar para que os materiais gráficos produzidos sejam utilizados exclusivamente para fins institucionais, educativos e de interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes públicos

15 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1** Acusar o recebimento da Ordem de Compra via correio eletrônico (compras@araucaria.pr.leg.br).
- 15.2** Cumprir fielmente os prazos de entrega estabelecidos no Termo de Referência.
- 15.3** Fornecer os itens em conformidade com o item 15 e ANEXO I do Termo de Referência.
- 15.4** Responsabilizar-se pela substituição de produtos que não estejam compatíveis com as especificações, sob suas expensas, em conformidade com o art. 119 da Lei nº 14.133/2021, nos prazos constantes nos itens 15 - DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA e 19 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO do termo de referência.
- 15.5** Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes de paralisação parcial ou total da entrega dos itens.
- 15.6** Responsabilizar-se pelos danos causados à CONTRATANTE ou terceiros por culpa de defeitos ocultos, descobertos futuramente, nos itens adquiridos.
- 15.7** A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não elimina em hipótese alguma, a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito estado dos materiais entregues. O fato de os itens não serem entregues de acordo com as normas e/ou descrição, não significa tolerância ou aquiescência por parte da fiscalização de contratos. Os erros devem ser evitados ou imediatamente corrigidos.

16 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 16.1** Conforme Art. 155 da Lei 14.133 de 2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente em caso de:
- I)** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - II)** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III)** Dar causa à inexecução total do contrato;
 - IV)** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - V)** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:
 - a)** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b)** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c)** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - d)** Deixar de apresentar amostra;
 - e)** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;
 - VI)** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida e válida para a contratação;
 - VII)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- VIII)** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - IX)** Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - X)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - XI)** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
 - XII)** Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- 16.2** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- I)** Advertência;
 - II)** Multa;
 - III)** Impedimento de licitar e contratar e
 - IV)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 16.3** Na aplicação das sanções serão considerados:
- I)** A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II)** As peculiaridades do caso concreto;
 - III)** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV)** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - V)** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.4** Caso a CONTRATADA, seja responsabilizada por ato, que esteja enquadrado em algum subitem do item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, estará sujeita às sanções, conforme consta no art. 156, Lei 14.133/2021:
- I)** **Advertência**, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista, inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
 - II)** A **Multa** será aplicada no percentual de 10% a 20% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 16.5** Para as infrações previstas no item 16.1, subitens I), II) e III), a multa será de 20% do valor do contrato licitado.
- 16.6** Para as infrações previstas no item 16.1, subitens V), VI), VII), VIII) e IX), a multa será de 20% do valor do contrato licitado.
- 16.7** Nos casos de reincidência formalmente notificada de qualquer descumprimento passível de advertência e no descumprimento dos prazos estabelecidos e condições de entrega/recebimento contidos no item 20 deste Edital, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.
- I)** **Impedimento de licitar e contratar com o Município**, pelo prazo máximo de 03 (três) anos pelas infrações administrativas previstas nos subitens II), III), IV), V), VI) e VII) do item 16.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção.
 - II)** **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, pelas infrações administrativas previstas nos subitens VIII), IX), X), XI) e XII) do item 16.1, que justifiquem a imposição



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

de penalidade mais grave impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

- 16.8** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 16.9** No processo de aplicação de sanções para apuração de responsabilidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 15 (quinze) dias úteis contado da data de sua intimação.
- 16.10** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 90, § 5º da Lei 14.133/2021.
- 16.11** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 16.12** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 16.13** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 16.14** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 16.15** Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a CONTRATADA fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
- 16.16** As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

17 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 17.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 17.2** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 17.3** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail pregoeiro@araucaria.pr.leg.br, ou por petição dirigida ou protocolada no Protocolo da Câmara Municipal de Araucária, situada à Rua Irmã Elizabeth Werka, 55, Fazenda Velha, Araucária/PR, CEP 83.704-580, no horário de 08h às 12h e das 13h às 17h.
- 17.4** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

17.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação ou Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18 DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

19 DAS GARANTIAS CONTRATUAIS

19.1.1 Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

20 DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

20.1 O prazo de entrega do objeto terá início após o envio da Ordem de Compra e da arte aprovada pela Câmara Municipal de Araucária.

20.2 O prazo legal de validade da Ordem de Compra é de 30 (trinta) dias corridos

20.3 O **prazo de entrega dos itens será de até 15 (quinze) dias corridos**, em remessa única, prorrogáveis por até mais 15 (quinze) dias corridos, não ultrapassando o limite de 30 (trinta) dias corridos.

20.3.1 A prorrogação será mediante solicitação e justificativa enviada por e-mail (fiscal.contratos@araucaria.pr.leg.br) e/ou devidamente protocolada na Câmara Municipal de Araucária, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis do vencimento do prazo.

I) A justificativa será analisada pela Fiscalização, que concederá ou não a prorrogação conforme critérios da Administração;

II) O prazo de resposta para pedidos de prorrogação são de 02 (dois) dias úteis;

III) Fica a Fiscalização de Contratos (fiscal.contratos@araucaria.pr.leg.br) responsável por comunicar por correio eletrônico (e-mail) a decisão ao requerente;

IV) O prazo de entrega terá início a partir da data de envio da Ordem de Compra e da arte aprovada pela Câmara Municipal de Araucária, encaminhadas ao fornecedor por correio eletrônico (e-mail);

V) O prazo da prorrogação terá seu início informado no documento expedido que a autorizar.

20.4 O item que não atender as especificações do Termo de Referência será devolvido, ficando o fornecedor obrigado a substituir o produto diretamente a CMA, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após ser notificado.

20.5 Os itens deverão ser entregues mediante recebimento da Ordem de Compra acompanhada da nota fiscal para conferência, que ocorrerá no ato da entrega na CMA por servidor competente (fiscal do contrato).

20.6 Horário para entrega dos produtos das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30, nos dias de expediente.

20.7 Os itens serão entregues no seguinte endereço: Rua Irmã Elizabeth Werka, 55, Fazenda Velha, Araucária/PR, CEP 83.704-580, no Edifício da Câmara Municipal de Araucária.

20.8 O objeto deverá estar rigorosamente de acordo com o que foi especificado neste Termo de Referência.

21 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

21.1 A mercadoria deverá ser entregue acompanhada da seguinte documentação:

Rua Irmã Elizabeth Werka, 55 – Fazenda Velha – CEP 83.704-580 – Araucária – Paraná – Fone/Fax: (41) 3641-5200



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- I) Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente. Na Nota Fiscal, conforme Regime Tributário da Contratada, deve vir especificado a retenção de Imposto de Renda (IR) ou/e outros impostos devidos.
 - II) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
 - III) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;
 - IV) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - V) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa vencedora.
- 21.2** A Nota Fiscal e demais certidões também deverão ser encaminhadas via e-mail para: fiscal.contratos@araucaria.pr.leg.br.
- 21.3** Observado o disposto no artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, e Resolução nº. 91/2023 de 30 de março de 2023 (Capítulo XXII), o recebimento do objeto desta contratação será realizado da seguinte forma:
- I) Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da entrega pelo CONTRATADO, para posterior análise da conformidade com as especificações e qualidade do objeto (a ser verificada pela Fiscalização de Contratos em conjunto com o Setor Solicitante);
- No caso de consideradas insatisfatórias as condições do objeto recebido provisoriamente, será lavrado o Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o mesmo ser novamente executado, conforme critérios a serem estabelecidos pelo Setor Solicitante.
- Após notificação, a CONTRATADA deverá providenciar as correções do objeto imediatamente após ser notificado pela Fiscalização de Contratos, com o prazo de 05 (cinco) dia(s) útil(eis).
- Caso as correções não ocorram no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas no item 16 deste Edital.
- II) Definitivamente, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do CONTRATADO, após a verificação e análise da qualidade do objeto e consequente aceitação, pela Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos.
- 21.4** Por ocasião da entrega do objeto, a CONTRATADA deverá colher o Termo de Recebimento Provisório, emitido pela Fiscalização de Contratos.
- 21.5** No ato do recebimento, a Fiscalização de Contratos fará a verificação dos itens adquiridos.
- 21.6** Constatadas irregularidades no objeto contratual, a CONTRATANTE poderá:
- I) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte;
 - II) Rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, e será lavrado Termo de Recusa, apontando as falhas constatadas.
- 21.7** O recebimento provisório ou definitivo do serviço não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO pela solidez, qualidade e segurança do objeto e nem ético-profissional pela perfeita execução do mesmo;
- 21.8** O recebimento definitivo dar-se-á:
- I) Após a verificação física que constate a integridade dos itens;
 - II) Após a verificação da conformidade com as quantidades e especificações (descritivos) constantes no Termo de Referência;
 - III) Após a verificação da adequação das certidões que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista do contratado.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 21.9** Satisfeitas as exigências e condições previstas, lavrar-se-á o Termo de recebimento Definitivo, assinado pela Chefia da Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos.
- 21.10** Concluída a etapa de recebimento realizar-se-á a liquidação da despesa que ocorrerá em até 03 (três) dias úteis.

22 DO PAGAMENTO

- 22.1** O pagamento ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis, após lavrado Termo de Recebimento Definitivo, ateste da Nota Fiscal e das certidões, observada a ordem cronológica conforme definido no art. 141 da Lei 14.133/2021.
- 22.2** O pagamento será realizado através de Ordem Bancária, em conta e agência bancária a ser especificada pela CONTRATADA na Nota Fiscal.
- 22.3** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 22.4** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 22.5** Independentemente do percentual de tributo inserido serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 22.6** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 22.7** Na apresentação do Termo de Recebimento Definitivo pela Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos poderá ser realizado o devido pagamento, mesmo com a ausência de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista. Contudo, será aberto o devido processo administrativo que poderá acarretar sanção, rescisão contratual, além das penalidades previstas em lei.

23 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 23.1** As despesas decorrentes deste pregão correrão pela dotação orçamentária conforme segue:

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Araucária		Unidade: 001 - Câmara de Vereadores
Função: 01 – Legislativa		Subfunção: 031 - Ação Legislativa
Programa: 0001 – Programa Municipal Legislativo em Ação		
Ação orçamentária: 2001 - Manter e aprimorar o processo legislativo		
Elemento da despesa orçamentária (3): 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO		
Referência: 1142	Vínculo (Fonte): 001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	Exercício: Corrente
Reservado: SIM	Nº da Reserva: 153/2026	Saldo da dotação (após reserva): R\$ 580.536,69
Código e título do desdobramento: 3.3.90.30.41.00 – MATERIAL PARA UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA		
Descrição do desdobramento (Plano de Contas TCE/PR 2026): Registrar o valor das despesas com todos os materiais de consumo de uso gráfico, tais como: chapas de off-set, clichês, cola, espirais, fotolitos, logotipos, papel, solventes, tinta, tipos e afins.		
Classificação institucional e Funcional-programática: 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.30.41.0000		

24 DA FISCALIZAÇÃO

- 24.1** Fica sob responsabilidade da Câmara de Vereadores de Araucária, por meio do Fiscal de Contratos Helton Fabio Farias, Matrícula nº. 2032-1 e CPF nº. 009.XXX.XXX-09 ou, quando



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

necessário, a Fiscal Substituta Rosimaria Araújo da Silva, Matrícula nº 2054 e CPF nº 829.XXX.XXX.49, acompanhar a execução da entrega, registrar em relatório todas as ocorrências relacionadas com a sua execução e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 24.2** O(s) fiscal(is) indicados no Documento de Formalização de Demanda (DFD) deverão acompanhar efetivamente a execução contratual, promovendo o devido controle quanto à entrega, qualidade e necessidade dos produtos e serviços executados.

25 DA GESTÃO DE CONTRATOS

- 25.1** Fica sob responsabilidade da Câmara de Vereadores de Araucária, por meio do(a) Gestor(a) Lucivanda Silva Camargo, CPF 489.XXX.XXX-20 (Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos), tomar providências para a formalização de Processo Administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções conforme art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 25.2** O(s) gestor(es) indicados no Documento de Formalização de Demanda (DFD) deverão acompanhar efetivamente a execução contratual, promovendo o devido controle quanto à entrega, qualidade e necessidade dos produtos e serviços executados.

26 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 26.1** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 26.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 26.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 26.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 26.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 26.6** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 26.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 26.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 26.9** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 26.10** As sanções administrativas passíveis de aplicação, após a homologação do certame licitatório, serão de acordo com as condições estabelecidas no item 16 deste Edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

26.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.araucaria.pr.leg.br> - Portal da Transparência – Compras/Licitações, ou:

<https://camaraaraucaria.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>

<https://www.gov.br/compras/pt-br/>

código UASG: 926434.

26.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I Quadro de quantidades, especificações e condições gerais;

Anexo II Termo de Referência;

Anexo III Modelo de Proposta;

Anexo IV Minuta de Ata de Registro de Preço.

Araucária, 01 de junho de 2026.

EDUARDO RODRIGO CASTILHOS
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

ANEXO I – QUADRO DE QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES GERAIS

1 DAS ESPECIFICAÇÕES

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QTDE MIN.	QTDE MÁX	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	01	Banner. Tamanho: 0,70m x 0,90m. Material: Confeccionado em lona brilho. Tipo de impressão: Digital em alta resolução, colorido. Acabamento: Bastão em madeira com cordinha para pendurar.	622992	Un.	6	12	81,33	975,96
	02	Banners em lona. Tamanho: 0,85m x 2,10m. Material: Confeccionado em lona brilho. Tipo de impressão: Digital em alta resolução, colorido. Acabamento: Com bainha e ilhós anéis metálicos.	445528	Un.	5	10	218,33	2.183,30
	03	Banners em lona. Tamanho: 1m x 2m. Material: Confeccionado em lona brilho. Tipo de impressão: Digital em alta resolução, colorido. Acabamento: Bastão em madeira com cordinha para pendurar.	477632	Un.	5	10	265,67	2.656,70
	04	Cartaz A3. Material: Papel couchê 150g. Impressão: Digital em alta resolução, colorido. Acabamento: Corte reto.	625041	Un.	600	1.200	5,21	6.252,00
	05	Folders. Tamanhos: 15cm x 21cm. Material: Papel couchê 150g. Acabamento: Corte reto. Impressão: Digital em alta resolução, colorido, frente e verso.	456553	Un.	1.000	2.000	1,53	3.060,00
	06	Flyers. Tamanhos: 21cm x 29,7cm. Material: Papel couchê 150g. Acabamento: Dobra simples para folder. Impressão: Digital em alta resolução, colorido, frente e verso.	471787	Un.	1.000	2.000	2,37	4.740,00
	07	Cartão de visita. Material: Papel couchê. Gramatura: 300 g/m². Tipo de impressão: Digital ou offset, colorida (4x4 cores). Tamanho: 9cm (largura) x 5cm (comprimento) x 0,30mm (espessura). Acabamento: Corte reto, laminação brilho.	630517	Un.	7.500	15.000	0,45	6.750,00
	08	Painéis em polionda 3mm. Tamanhos: 0,60m x 1,2m. Material: Polionda 3mm com suporte tipo pedestal / desmontável. Impressão: Direto no material, alta resolução colorido.	608549	Un.	6	12	159,50	1.914,00
	09	Adesivos personalizados. Tamanho: 15cm x 15cm conforme demanda e a arte solicitada pela Escola do Legislativo. Material: Vinil adesivo branco brilho. Acabamento: Com corte especial e destacáveis conforme a arte. Tipo de impressão: Digital em alta resolução, colorido.	230874	Un.	600	1.200	2,62	3.144,00
	10	Adesivos e etiquetas. Material: Vinil adesivo autocolante. Tipo de impressão: Digital colorida. Tamanho: A4 21cm (largura) x 29,7cm (comprimento) x 0,12mm (espessura aproximada). Aplicação: uso interno e externo com boa resistência à umidade.	472085	Un.	300	600	6,50	3.900,00
	11	Adesivos e etiquetas. Material: Vinil adesivo autocolante. Tipo de impressão: Digital colorida. Tamanho: 20cm (largura) x 20cm (comprimento) x 0,12mm (espessura). Acabamento: Corte redondo (incluso o corte). Aplicação: uso interno e externo com boa resistência à umidade.	625738	Un.	200	400	4,70	1.880,00



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

	12	Panfletos e folhetos. Material: Papel couchê. Gramatura: 115 g/m². Tipo de impressão: Offset ou digital, colorida (4x4 cores). Tamanho: A5 14,8cm (largura) x 21cm (comprimento) x 0,11mm (espessura aproximada). Acabamento: corte reto.	471404	Un.	50.000	100.000	0,19	19.000,00
	13	Folders (padrão com dobras) e flyers. Material: Papel couchê. Gramatura: 150 g/m². Tipo de impressão: Colorida (4x0 ou 4x4 cores). Tamanho: A4 21cm (largura) x 29,7cm (comprimento) x 0,15mm (espessura aproximada). Acabamento: 1 ou 2 dobras (conforme modelo enviado posteriormente).	450242	Un.	50.000	100.000	0,44	44.000,00
	14	Cartaz. Material: Papel couchê. Gramatura: 150 g/m². Tipo de impressão: Colorida (4x0 ou 4x4 cores). Tamanho: A3 29,7cm (largura) x 42cm (comprimento) x 0,15mm (espessura aproximada). Acabamento: corte reto.	483924	Un.	500	1.000	3,70	3.700,00
	15	Cartaz. Material: Papel couchê. Gramatura: 150 g/m². Tipo de impressão: Colorida (4x0 ou 4x4 cores). Tamanho: A2 42cm (largura) x 59,4cm (comprimento) x 0,15mm (espessura aproximada). Acabamento: corte reto.	483941	Un.	500	1.000	7,82	7.820,00
VALOR TOTAL LOTE 1								111.975,96
02	01	Bottons em adesivo vinil. Tamanho: 4cm x 4cm, conforme arte solicitada pela Escola do Legislativo. Material: adesivo vinil. Acabamento: Com recorte redondo. Impressão: Digital em alta resolução, colorido.	634550	Un.	3.000	6.000	0,77	4.620,00
	02	Cartilhas Institucionais tipo livreto, de 24 páginas conforme a demanda solicitada pela Escola do Legislativo. Tamanho: A5 (14,8cm x 21cm). Material: miolo offset 90g, capa couchê 250g. Acabamento: dobra e grampo canoa. Impressão: Digital em alta resolução, colorido 4x4.	390492	Un.	1.000	2.000	11,96	23.920,00
	03	Display de mesa. Tamanho: 15cm x 21cm. Material: Papel couchê 300g. Acabamento: Corte reto com base de sustentação em formato "L" ou apoio traseiro (tipo cavalete) conforme necessidade. Impressão: Digital em alta resolução, colorida 4x0. Personalização: Moldura e elementos visuais serão aplicados conforme a arte fornecida pela Escola do Legislativo.	452361	Un.	600	1.200	8,28	9.936,00
	04	Sinalização Externa de material de Poliestireno (PS) rígido. Tipo de impressão: Digital colorida em alta resolução, com aplicação de adesivo vinílico. Tamanho: 40cm (largura) x 21cm (comprimento) x 2mm (espessura). Acabamento: corte reto.	600279	Un.	125	250	27,53	6.882,50
	05	Sinalização interna. Material: Poliestireno (PS) rígido. Tipo de impressão: Digital colorida em alta resolução, com aplicação de adesivo vinílico. Tamanho: 25cm (largura) x 10cm (comprimento) x 2mm (espessura). Acabamento: corte reto.	459126	Un.	125	250	12,78	3.195,00
VALOR TOTAL DO LOTE 2								48.553,50
VALOR TOTAL DOS LOTES 1 E 2								160.529,46.

2 CONDIÇÕES GERAIS

- 2.1 Os orçamentos deverão vir datados e com prazo mínimo de vencimento de 60 (sessenta) dias, a contar da data de envio.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 2.2** O preço unitário e total deverá ser expresso em moeda corrente nacional.
- 2.3** A proposta deverá conter a descrição detalhada dos itens ofertados, incluindo especificações técnicas (tipo de material, gramatura, dimensões, tipo de impressão, acabamento e demais características pertinentes), bem como o preço unitário e total para as quantidades estimadas.
- 2.4** 2.4 Na nota fiscal deverão constar os itens conforme especificados na contratação, com a respectiva descrição dos materiais fornecidos, em conformidade com a proposta apresentada.
- 2.5** 2.5 A contratada compromete-se a refazer ou substituir, às suas expensas, os materiais gráficos que apresentarem desconformidade com as especificações técnicas, defeitos de impressão, acabamento inadequado ou divergência em relação à arte previamente aprovada pela Administração.
- 2.6** O(s) item(ns) deverá(ão) ser entregue(s) na Câmara Municipal de Araucária, na Rua Irmã Elizabeth Werka, 55, Fazenda Velha, Araucária/PR, no horário das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30, nos dias de expediente, no Setor de Almoxarifado.
- 2.7** Os serviços gráficos deverão observar padrões de qualidade compatíveis com as normas técnicas aplicáveis, inclusive aquelas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, quando pertinentes, bem como boas práticas do setor gráfico.
- 2.8** 2.8 Os materiais deverão ser entregues devidamente acondicionados, de forma a garantir sua integridade, evitando danos como amassados, rasgos, manchas, falhas de impressão ou quaisquer avarias decorrentes do transporte.
- 2.9** 2.9 Não serão recebidos materiais que apresentem defeitos de impressão, baixa qualidade gráfica, divergência de cores em relação ao padrão aprovado, erros de conteúdo ou acabamento inadequado.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

(Lei 14.133/2021)

PROCESSO DIGITAL: 9.084/2026

1 DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Registro de preços, visando a contratação de serviços gráficos, por meio da proposta mais vantajosa, com posterior formalização de Ata de Registro de Preços (ARP), para atendimento das demandas institucionais, educativas e de integração comunitária da Câmara Municipal de Araucária, vedada a utilização dos materiais para promoção pessoal de agentes públicos, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Anexo I deste Termo de Referência.

1.2 A contratação se dará por itens, conforme tabela constante abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QTDE MIN.	QTDE MÁX	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	01	Banner. Tamanho: 0,70m x 0,90m. Material: Confeccionado em lona brilho. Tipo de impressão: Digital em alta resolução, colorido. Acabamento: Bastão em madeira com cordinha para pendurar.	622992	Un.	6	12	81,33	975,96
	02	Banners em lona. Tamanho: 0,85m x 2,10m. Material: Confeccionado em lona brilho. Tipo de impressão: Digital em alta resolução, colorido. Acabamento: Com bainha e ilhós anéis metálicos.	445528	Un.	5	10	218,33	2.183,30
	03	Banners em lona. Tamanho: 1m x 2m. Material: Confeccionado em lona brilho. Tipo de impressão: Digital em alta resolução, colorido. Acabamento: Bastão em madeira com cordinha para pendurar.	477632	Un.	5	10	265,67	2.656,70
	04	Cartaz A3. Material: Papel couchê 150g. Impressão: Digital em alta resolução, colorido. Acabamento: Corte reto.	625041	Un.	600	1.200	5,21	6.252,00
	05	Folders. Tamanhos: 15cm x 21cm. Material: Papel couchê 150g. Acabamento: Corte reto. Impressão: Digital em alta resolução, colorido, frente e verso.	456553	Un.	1.000	2.000	1,53	3.060,00
	06	Flyers. Tamanhos: 21cm x 29,7cm. Material: Papel couchê 150g. Acabamento: Dobra simples para folder. Impressão: Digital em alta resolução, colorido, frente e verso.	471787	Un.	1.000	2.000	2,37	4.740,00
	07	Cartão de visita. Material: Papel couchê. Gramatura: 300 g/m². Tipo de impressão: Digital ou offset, colorida (4x4 cores). Tamanho: 9cm (largura) x 5cm (comprimento) x 0,30mm (espessura). Acabamento: Corte reto, laminação brilho.	630517	Un.	7.500	15.000	0,45	6.750,00
	08	Painéis em poliionda 3mm. Tamanhos: 0,60m x 1,2m. Material: Poliionda 3mm com suporte tipo pedestal / desmontável. Impressão: Direto no material, alta resolução colorido.	608549	Un.	6	12	159,50	1.914,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/06/2026 11:27:03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pc9da6461bcd>





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

	09	Adesivos personalizados. Tamanho: 15cm x 15cm conforme demanda e a arte solicitada pela Escola do Legislativo. Material: Vinil adesivo branco brilho. Acabamento: Com corte especial e destacáveis conforme a arte. Tipo de impressão: Digital em alta resolução, colorido.	230874	Un.	600	1.200	2,62	3.144,00
	10	Adesivos e etiquetas. Material: Vinil adesivo autocolante. Tipo de impressão: Digital colorida. Tamanho: A4 21cm (largura) x 29,7cm (comprimento) x 0,12mm (espessura aproximada). Aplicação: uso interno e externo com boa resistência à umidade.	472085	Un	300	600	6,50	3.900,00
	11	Adesivos e etiquetas. Material: Vinil adesivo autocolante. Tipo de impressão: Digital colorida. Tamanho: 20cm (largura) x 20cm (comprimento) x 0,12mm (espessura). Acabamento: Corte redondo (incluso o corte). Aplicação: uso interno e externo com boa resistência à umidade.	625738	Un	200	400	4,70	1.880,00
	12	Panfletos e folhetos. Material: Papel couchê. Gramatura: 115 g/m². Tipo de impressão: Offset ou digital, colorida (4x4 cores). Tamanho: A5 14,8cm (largura) x 21cm (comprimento) x 0,11mm (espessura aproximada). Acabamento: corte reto.	471404	Un.	50.000	100.000	0,19	19.000,00
	13	Folders (padrão com dobras) e flyers. Material: Papel couchê. Gramatura: 150 g/m². Tipo de impressão: Colorida (4x0 ou 4x4 cores). Tamanho: A4 21cm (largura) x 29,7cm (comprimento) x 0,15mm (espessura aproximada). Acabamento: 1 ou 2 dobras (conforme modelo enviado posteriormente).	450242	Un.	50.000	100.000	0,44	44.000,00
	14	Cartaz. Material: Papel couchê. Gramatura: 150 g/m². Tipo de impressão: Colorida (4x0 ou 4x4 cores). Tamanho: A3 29,7cm (largura) x 42cm (comprimento) x 0,15mm (espessura aproximada). Acabamento: corte reto.	483924	Un.	500	1.000	3,70	3.700,00
	15	Cartaz. Material: Papel couchê. Gramatura: 150 g/m². Tipo de impressão: Colorida (4x0 ou 4x4 cores). Tamanho: A2 42cm (largura) x 59,4cm (comprimento) x 0,15mm (espessura aproximada). Acabamento: corte reto.	483941	Un.	500	1.000	7,82	7.820,00
VALOR TOTAL LOTE 1								111.975,96
02	01	Bottons em adesivo vinil. Tamanho: 4cm x 4cm, conforme arte solicitada pela Escola do Legislativo. Material: adesivo vinil. Acabamento: Com recorte redondo. Impressão: Digital em alta resolução, colorido.	634550	Un.	3.000	6.000	0,77	4.620,00
	02	Cartilhas Institucionais tipo livreto, de 24 páginas conforme a demanda solicitada pela Escola do Legislativo. Tamanho: A5 (14,8cm x 21cm). Material: miolo offset 90g, capa couchê 250g. Acabamento: dobra e grampo canoa. Impressão: Digital em alta resolução, colorido 4x4.	390492	Un.	1.000	2.000	11,96	23.920,00
	03	Display de mesa. Tamanho: 15cm x 21cm. Material: Papel couchê 300g. Acabamento: Corte reto com base de sustentação em formato "L" ou apoio traseiro (tipo cavalete) conforme necessidade. Impressão: Digital em alta resolução, colorida 4x0. Personalização: Moldura e elementos visuais serão aplicados conforme a arte fornecida pela Escola do Legislativo.	452361	Un.	600	1.200	8,28	9.936,00
	04	Sinalização Externa de material de Poliestireno (PS) rígido.	600279	Un	125	250	27,53	6.882,50

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/06/2026 11:27:03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pdc9da6461bcd0>





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

	Tipo de impressão: Digital colorida em alta resolução, com aplicação de adesivo vinílico. Tamanho: 40cm (largura) x 21cm (comprimento) x 2mm (espessura). Acabamento: corte reto.						
05	Sinalização interna. Material: Poliestireno (PS) rígido. Tipo de impressão: Digital colorida em alta resolução, com aplicação de adesivo vinílico. Tamanho: 25cm (largura) x 10cm (comprimento) x 2mm (espessura). Acabamento: corte reto.	459126	Un.	125	250	12,78	3.195,00
VALOR TOTAL DO LOTE 2							48.553,50
VALOR TOTAL DOS LOTES 1 E 2							160.529,46.

- 1.3** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Resolução nº. 91/2023 de 30 de março de 2023, que regulamentou a Lei nº. 14.133/2021 no âmbito do Poder Legislativo do Município de Araucária-PR.
- 1.4** Os bens, objeto desta contratação, caracterizam-se como sendo de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, na forma do inciso XIII do artigo 6º da Lei 14.133/2021, conforme justificativa constante no Documento de Formalização de Demanda (DFD) nº. 06/2026 da Escola do Legislativo e Folha de Informação de deferimento e abertura de Processo da Presidência.
- 1.5** A aquisição dos itens é legalmente amparada pela Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Resolução nº 91/2023 que regulamentou a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 no âmbito da Câmara Municipal de Araucária e subsidiariamente pelo Decreto Municipal nº. 39.132/2023, que regulamentou no âmbito da Administração Pública municipal, direta, autárquica e fundacional do Município de Araucária a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.
- 1.6** O prazo da contratação/entrega dos itens é de até 30 (trinta) dias, contados da data de emissão da Ordem de Compra e/ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.7** As especificações técnicas que orientam o objeto deste Termo de Referência (TR) estão contidas no ANEXO I deste TR.

2 DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1** Conforme Resolução nº 91/2023, Art. 6º, foi elaborado o Estudo Técnico Preliminar (ETP) n. 02/2026 (ANEXO II deste Termo de Referência).

3 DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 (Grupo 3 – Contratação de Terceiros – Pessoa Jurídica).
- 3.2** Os requisitos da aquisição devem contemplar as exigências que a solução contratada deverá atender, incluindo os requisitos mínimos de qualidade e garantia, de modo a possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa mediante competição.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

4 DA JUSTIFICATIVA

- 4.1** A presente justificativa tem por finalidade demonstrar a necessidade de contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais gráficos destinados ao atendimento das demandas da Câmara Municipal de Araucária, especialmente da Escola do Legislativo e da Diretoria de Comunicação Social. A contratação visa assegurar a produção contínua de materiais indispensáveis às atividades legislativas, administrativas, pedagógicas e de comunicação institucional.
- 4.2** Os materiais gráficos, tais como banners, cartazes, folders, flyers, cartilhas, adesivos, painéis, displays e demais itens correlatos, constituem ferramentas essenciais para a viabilização da comunicação pública, promoção de eventos, divulgação de atos oficiais e desenvolvimento de ações educativas, sendo diretamente relacionados ao cumprimento dos princípios da publicidade e da eficiência administrativa.
- 4.3** Nesse contexto, tais insumos desempenham papel estratégico no fortalecimento da identidade institucional, na disseminação de informações de interesse público e na promoção da cidadania, viabilizando a participação da sociedade nas atividades legislativas e educativas promovidas por esta Casa de Leis.
- 4.4** A contratação mostra-se necessária para garantir suporte logístico adequado às atividades institucionais, incluindo sessões legislativas, audiências públicas, cursos, eventos oficiais e projetos pedagógicos, assegurando que as informações sejam transmitidas ao público de forma clara, acessível e profissional.
- 4.5** Destaca-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), com contratação sob demanda, permite maior eficiência na gestão dos recursos públicos, possibilitando aquisições parceladas conforme a necessidade da Administração, evitando desperdícios, reduzindo custos com estoque e garantindo maior flexibilidade operacional.
- 4.6** Ademais, a contratação por lotes revela-se vantajosa sob os aspectos técnico e econômico, proporcionando economia de escala, ampliação da competitividade e otimização dos custos logísticos, especialmente considerando a diversidade e o volume dos itens demandados.
- 4.7** A inexistência de contratação vigente ou suficiente para suprir a demanda atual, aliada à previsibilidade de consumo contínuo desses materiais ao longo do exercício, reforça a necessidade da presente contratação, a qual se encontra devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA).
- 4.8** Dessa forma, a contratação pretendida contribui diretamente para a eficiência operacional da Câmara Municipal de Araucária, assegurando a continuidade das atividades institucionais, a padronização dos materiais gráficos e o adequado atendimento às demandas internas e externas.
- 4.9** Ante o exposto, justifica-se a realização de procedimento administrativo para contratação de empresa para fornecimento de materiais gráficos, conforme especificações a serem definidas no Termo de Referência, visando atender de forma eficiente, econômica e contínua às necessidades institucionais desta Casa de Leis.

5 DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 5.1** Nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”, da Lei nº 14.133/2021, a solução ora proposta contempla a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais gráficos, considerando o ciclo de vida do objeto, abrangendo desde a obtenção da matéria-prima até a destinação final dos produtos, bem como aspectos relacionados à sua utilização e sustentabilidade.
- 5.2** A modelagem da contratação observa a alternativa mais vantajosa para a Administração, considerando práticas adotadas em contratações anteriores, parâmetros de Atas de Registro de Preços, estudos técnicos preliminares e demais instrumentos de planejamento, em conformidade com a legislação vigente.
- 5.3** O ciclo de vida dos materiais gráficos compreende todas as etapas da cadeia produtiva, incluindo a extração e processamento da matéria-prima (como papel, tintas e insumos), produção gráfica (impressão e acabamento), transporte, armazenamento, distribuição, uso institucional e destinação final, com avaliação dos impactos ambientais em cada fase, buscando a adoção de práticas sustentáveis.
- 5.4** As fases do ciclo de vida dos materiais gráficos são, de forma geral: obtenção da matéria-prima (produção de papel e insumos) > processamento industrial > impressão e acabamento > embalagem > transporte e distribuição > uso institucional > reutilização, quando possível > destinação final ambientalmente adequada (reciclagem ou descarte).
- 5.5** Sempre que possível, deverão ser observados critérios de sustentabilidade, tais como: utilização de papel proveniente de fontes certificadas, redução de desperdícios na produção, uso de tintas menos agressivas ao meio ambiente e incentivo à reciclagem dos materiais após o uso, em consonância com as diretrizes de desenvolvimento sustentável aplicáveis às contratações públicas.

6 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 6.1** Para a contratação do objeto, deverão ser observadas, no que couber, as normas e diretrizes relacionadas à sustentabilidade nas contratações públicas, especialmente aquelas voltadas à redução de impactos ambientais decorrentes da produção e utilização de materiais gráficos.
- 6.2** Deverão ser atendidos os requisitos constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponível em: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis_2025.pdf, no que se refere à adoção de critérios ambientais, sociais e de governança aplicáveis ao objeto da contratação.
- 6.3** Deverão ser observadas as disposições da Lei nº 12.305/2010, especialmente quanto à gestão e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, incluindo sobras de papel, embalagens e demais insumos utilizados na produção gráfica. Sempre que aplicável, a contratada deverá adotar práticas que favoreçam a logística reversa e a reciclagem dos materiais.
- 6.4** Recomenda-se que os materiais gráficos sejam produzidos com insumos ambientalmente adequados, tais como papel proveniente de manejo florestal sustentável ou reciclado, tintas à base de água ou com menor impacto ambiental, bem como processos produtivos que minimizem a geração de resíduos e o consumo de recursos naturais.
- 6.5** O uso adequado dos materiais adquiridos, bem como sua correta destinação final quando





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

inservíveis, contribuirá para a mitigação de impactos ambientais. Os materiais deverão, sempre que possível, ser reutilizados e, quando descartados, encaminhados para reciclagem ou destinação ambientalmente adequada, observando-se as normas vigentes e boas práticas de sustentabilidade.

7 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- I)** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- II)** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- III)** Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja validade e autenticidade deverão ser confirmadas mediante verificação do QR Code constante no documento apresentado;
- IV)** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- V)** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- VI)** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- VII)** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- VIII)** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- IX)** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2 DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- I)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- II)** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- III)** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- IV)** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- V)** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação, conforme art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021.
- VI)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- VII)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- VIII)** Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- IX)** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- X)** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- I)** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação, ou de sociedade simples;
- II)** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso;
- III)** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

7.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- I)** Comprovação de aptidão para o fornecimento dos itens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- II)** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- III)** Deverá haver a comprovação da experiência no fornecimento de materiais gráficos.
 - IV)** Os atestados deverão referir-se ao fornecimento no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, especificamente na área de fornecimento de materiais gráficos.
 - V)** Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do fornecimento, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.
 - VI)** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
 - VII)** Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
 - VIII)** Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;
 - IX)** A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 7.5** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.
- 7.6** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.7** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados.
- 7.7.1** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação do licitante.
- 7.8** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.
- 7.8.1** Os documentos não disponíveis no SICAF deverão ser enviados pelo sistema, em formato digital, no prazo fixado pelo pregoeiro.
- 7.9** A verificação no SICAF e a exigência de documentos complementares serão realizadas apenas em relação ao licitante melhor classificado.
- 7.10** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- I)** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - II)** Atualização de documentos vencidos após a data de apresentação.
- 7.11** Poderão ser sanados erros ou falhas formais que não alterem a substância dos documentos, mediante decisão fundamentada.
- 7.12** Na hipótese de inabilitação do licitante, serão analisadas as propostas subsequentes, na ordem





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

de classificação.

- 7.13** Os documentos de habilitação do licitante vencedor serão disponibilizados para acesso público após a conclusão da fase.
- 7.14** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação e não como condição para participação na licitação, conforme art. 4º do Decreto nº 8.538/2015.

8 DA GARANTIA DOS ITENS

- 8.1** Não será exigida garantia.

9 DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

- 9.1** Não será exigida amostra para os materiais a serem adquiridos.

10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1** Emitir Ordem de Compra/Empenho.
- 10.2** Encaminhar para a CONTRATADA, Ordem de Compra em arquivo digital, via correio eletrônico (através do e-mail: compras@araucaria.pr.leg.br);
- 10.3** Efetuar o pagamento após os itens recebidos definitivamente;
- 10.4** Aprovar ou reprovar os itens, após a vistoria e entrega dos mesmos;
- 10.5** Supervisionar, fiscalizar e atestar a entrega dos itens pela CONTRATADA;
- 10.6** A fiscalização exercida pela CONTRATANTE terá, em especial, poderes para acompanhar e sustar a entrega dos itens que estejam em desacordo com especificações, normas ou sua orientação;
- 10.7** Notificar a CONTRATADA por escrito, através da Fiscalização de Contratos, em caso de inconformidades.
- 10.8** Aplicar à CONTRATADA, eventuais penalidades por meio da Gestão de Contratos, garantindo o contraditório e a ampla defesa.
- 10.9** Garantir o livre acesso às dependências da Câmara Municipal de Araucária aos funcionários da empresa durante o horário estipulado para a entrega dos itens.
- 10.10** A Administração deverá observar, rigorosamente, durante toda a execução contratual, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos no art. 37 da Constituição Federal.
- 10.11** Compete à CONTRATANTE zelar para que os materiais gráficos produzidos sejam utilizados exclusivamente para fins institucionais, educativos e de interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes públicos.

11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1** Acusar o recebimento da Ordem de Compra via correio eletrônico (compras@araucaria.pr.leg.br).





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 11.2** Cumprir fielmente os prazos de entrega estabelecidos no Termo de Referência.
- 11.3** Fornecer o objeto em conformidade com o item 15 e o ANEXO I deste Termo de Referência.
- 11.4** Responsabilizar-se pela substituição de produtos que não estejam compatíveis com as especificações, sob suas expensas, em conformidade com o art. 119 da Lei nº 14.133/2021, nos prazos constantes no item 15 deste Termo de Referência.
- 11.5** Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes de paralisação parcial ou total da entrega dos itens.
- 11.6** Responsabilizar-se pelos danos causados à CONTRATANTE ou terceiros por culpa de defeitos ocultos, descobertos futuramente, nos itens adquiridos.
- 11.7** A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não elimina em hipótese alguma, a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito estado dos materiais entregues. O fato de os itens não serem entregues de acordo com as normas e/ou descrição, não significa tolerância ou aquiescência por parte da fiscalização de contratos. Os erros devem ser evitados ou imediatamente corrigidos.

12 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1.1** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a ARP, cujo prazo de validade se encontra nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 12.1.2** A ARP será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 12.1.3** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 12.1.4** O prazo de vigência da ata de registro de preços, contando a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Diário Oficial do Município, será de 01 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme Decreto Municipal nº 39.132 de 2023.
- 12.1.5** O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.
- 12.1.6** Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação.

12.2 DO REGISTRO DE PREÇOS

- 12.3** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ARP.
- 12.4** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

- 12.5** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a CMA convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
- 12.6** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 12.7** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
- 12.8** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento (emissão da Ordem de Compra), a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
- I.** A possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
 - II.** A modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ARP e da Administração Pública;
 - III.** Seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.
- 12.9** A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ARP, cabendo a Fiscalização de Contratos a análise e deliberação a respeito do pedido.
- 12.10** Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Fiscalização de Contratos e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
- 12.11** Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
- 12.12 DA INEXECUÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 12.12.1** O registro do preço do fornecedor será cancelado, conforme disposto no art. 305 do Decreto Municipal nº 39.132/2023, pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
- I.** For liberado;
 - II.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
 - III.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - IV.** Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133 de 2021;





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

V. Não aceitar o preço revisado pela Administração.

12.12.2 A ARP será cancelada, total ou parcialmente, conforme disposto no art. 306 do Decreto Municipal nº 39.132/2023, pelo órgão gerenciador:

- I.** Pelo decurso do prazo de vigência;
- II.** Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- III.** Por fato superveniente, decorrente força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
- IV.** Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
- V.** O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.
- VI.** No caso de cancelamento da ARP por iniciativa da Administração, conforme disposto no art. 307 do Decreto Municipal nº 39.132/2023, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- VII.** Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem VI, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

12.13 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.13.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- I.** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- II.** Dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

12.13.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.13.3 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.13.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.13.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- I.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- II.** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.13.6 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- I.** Convocar os licitantes que mantiverem sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

preço do adjudicatário, conforme §3º do art. 303 do Decreto 39.132/2023.

- II.** A Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório, conforme o Decreto 39.132/2023.
- III.** A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.

12.13.7 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ARP, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

12.13.8 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.13.9 É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

12.13.10 O registro do preço do fornecedor será cancelado conforme disposto no art. 305 do Decreto Municipal nº 39.132/2023, pela CMA, conforme subitem 12.12.1 deste termo de referência.

13 DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

14 DAS GARANTIAS CONTRATUAIS

14.1 Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15 DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

15.1 O prazo de entrega do objeto terá início após o envio da Ordem de Compra e da arte aprovada pela Câmara Municipal de Araucária.

15.2 O prazo legal de validade da Ordem de Compra é de 30 (trinta) dias corridos

15.3 O prazo para entrega dos itens será de até 15 (quinze) dias corridos, em remessa única, prorrogáveis por até mais 15 (quinze) dias corridos, não ultrapassando o limite de 30 (trinta) dias corridos.

- I.** A prorrogação será mediante solicitação e justificativa enviada por e-mail (fiscal.contratos@araucaria.pr.leg.br) e/ou devidamente protocolada na Câmara Municipal de Araucária, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis do vencimento do prazo.

a) A justificativa será analisada pela Fiscalização, que concederá ou não a prorrogação conforme critérios da Administração.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- b)** O prazo de resposta para pedidos de prorrogação são de 02 (dois) dias úteis.
- c)** Fica a Fiscalização de Contratos (fiscal.contratos@araucaria.pr.leg.br) responsável por comunicar por correio eletrônico (e-mail) a decisão ao requerente.
- d)** O prazo de entrega terá início a partir da data de envio da Ordem de Compra e da arte aprovada pela Câmara Municipal de Araucária, encaminhadas ao fornecedor por correio eletrônico (e-mail).
- e)** O prazo da prorrogação terá seu início informado no documento expedido que a autorizar.

- 15.4** O item que não atender as especificações do Termo de Referência será devolvido, ficando o fornecedor obrigado a substituir o produto diretamente a CMA, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após ser notificado.
- 15.5** Os itens deverão ser entregues mediante recebimento da Ordem de Compra acompanhada da nota fiscal para conferência, que ocorrerá no ato da entrega na CMA por servidor competente (fiscal do contrato).
- 15.6** Horário para entrega dos produtos das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30, nos dias de expediente.
- 15.7** Os itens serão entregues no seguinte endereço: Rua Irmã Elizabeth Werka, 55, Fazenda Velha, Araucária/PR, CEP 83704-580, no Edifício da Câmara Municipal de Araucária.
- 15.8** O objeto deverá estar rigorosamente de acordo com o que foi especificado neste Termo de Referência.

16 DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATOS

- 16.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 16.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.
- 16.3** As comunicações entre a CMA e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, garantida a inclusão do conteúdo da mesma aos autos.
- 16.4** A dinâmica da Gestão e da Fiscalização da presente contratação seguirá as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa nº 28/2023 da CMA.
- 16.5** O contrato é obrigatório, salvo em compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, conforme inciso II do art. 95 da Lei Federal n. 14.133/2021.

17 DA FISCALIZAÇÃO

- 17.1** Fica sob responsabilidade da Câmara de Vereadores de Araucária, por meio do Fiscal de Contratos Helton Fabio Farias, Matrícula nº. 2032-1 e CPF nº. 009.XXX.XXX-09 ou, quando necessário, a Fiscal Substituta Rosimaria Araújo da Silva, Matrícula nº 2054 e CPF nº





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

829.XXX.XXX.49, acompanhar a execução da entrega, registrar em relatório todas as ocorrências relacionadas com a sua execução e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 17.2** O(s) fiscal(is) indicados no Documento de Formalização de Demanda (DFD) deverão acompanhar efetivamente a execução contratual, promovendo o devido controle quanto à entrega, qualidade e necessidade dos produtos e serviços executados.

18 DA GESTÃO DE CONTRATOS

- 18.1** Fica sob responsabilidade da Câmara de Vereadores de Araucária, por meio do(a) Gestor(a) Lucivanda Silva Camargo, CPF 489.XXX.XXX-20 (Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos), tomar providências para a formalização de Processo Administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções conforme art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 18.2** O(s) gestor(es) indicados no Documento de Formalização de Demanda (DFD) deverão acompanhar efetivamente a execução contratual, promovendo o devido controle quanto à entrega, qualidade e necessidade dos produtos e serviços executados.

19 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 19.1** A mercadoria deverá ser entregue acompanhada da seguinte documentação:

- I.** Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente. Na Nota Fiscal, conforme Regime Tributário da Contratada, deve vir especificado a retenção de Imposto de Renda (IR) ou/e outros impostos devidos.
- II.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- III.** Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;
- IV.** Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- V.** Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa vencedora.

- 19.2** A Nota Fiscal e demais certidões também deverão ser encaminhadas via e-mail para: fiscal.contratos@araucaria.pr.leg.br.

- 19.3** Observado o disposto no artigo 140 da Lei nº 14.133/2021 e Resolução nº. 91/2023 de 30 de março de 2023 (Capítulo XXII), o recebimento do objeto desta contratação será realizado da seguinte forma:

- I.** Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da entrega pelo CONTRATADO, para posterior análise da conformidade com as especificações e qualidade do objeto (a ser verificada pela Fiscalização de Contratos em conjunto com o Setor Solicitante);
 - a)** No caso de consideradas insatisfatórias as condições do objeto recebido provisoriamente, será lavrado o Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o mesmo ser novamente substituído/corrigido conforme critérios a serem estabelecidos pelo Setor Solicitante.
 - b)** Após notificação, à CONTRATADA deverá providenciar as correções do objeto





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

imediatamente após ser notificado pela Fiscalização de Contratos, com o prazo de 05 (cinco) dia(s) útil(eis).

- c) Caso as correções não ocorram no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas no Edital.

II. Definitivamente, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do CONTRATADO, após a verificação e análise da qualidade do objeto e consequente aceitação, pela Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos.

19.4 Por ocasião da entrega do objeto, a CONTRATADA deverá colher o Termo de Recebimento Provisório, emitido pela Fiscalização de Contratos.

19.5 No ato do recebimento, a Fiscalização de Contratos fará a verificação dos itens adquiridos.

19.6 Constatadas irregularidades no objeto contratual, a CONTRATANTE poderá:

- I.** Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte;
II. Rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, e será lavrado Termo de Recusa, apontando as falhas constatadas.

19.7 O recebimento provisório ou definitivo do produto não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO pela solidez, qualidade e segurança do objeto e nem ético-profissional pela perfeita execução do mesmo.

19.8 O recebimento definitivo dar-se-á:

- I.** Após a verificação física que constate a integridade dos itens;
II. Após a verificação da conformidade com as quantidades e especificações (descritivos) constantes no Termo de Referência;
III. Após a verificação da adequação das certidões que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista do contratado.

19.9 Satisfeitas as exigências e condições previstas, lavrar-se-á o Termo de recebimento Definitivo, assinado pela Chefia da Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos.

19.10 Concluída a etapa de recebimento realizar-se-á a liquidação da despesa que ocorrerá em até 03 (três) dias úteis.

20 DO PAGAMENTO

20.1 O pagamento ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis, após lavrado Termo de Recebimento Definitivo, ateste da Nota Fiscal e das certidões, observada a ordem cronológica conforme definido no art. 141 da Lei 14.133/2021.

20.2 O pagamento será realizado através de Ordem Bancária, em conta e agência bancária a ser especificada pela CONTRATADA na Nota Fiscal.

20.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.5 Independentemente do percentual de tributo inserido serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 20.6** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 20.7** Na apresentação do Termo de Recebimento Definitivo pela Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos que apresente a ausência de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, excepcionalmente, poderá ser realizado o devido pagamento. Contudo, será aberto o devido processo administrativo que poderá acarretar em sanção, rescisão contratual, além das penalidades previstas em lei.

21 DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 21.1** O CONTRATADO será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese amparado pela Lei 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO POR LOTE**.
- 21.2** O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

22 DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 22.1** O valor máximo total para a contratação com base nas quantidades estimadas a serem adquiridas pela Câmara Municipal de Araucária será de **R\$ 160.529,46 (cento e sessenta mil, quinhentos e vinte e nove reais e quarenta e seis centavos)**.
- 22.2** Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Artigo 23 e seu § 1º, inciso II, III e V, e Resolução nº.91/2023, considerando as fontes de consulta apresentadas na planilha supra colacionada, o preço máximo foi obtido através da mediana/média dos preços unitários.
- 22.3** Estes valores são considerados adequados e condizentes com os preços praticados no mercado, garantindo a efetivação da contratação com qualidade e economicidade para a Administração Pública.

23 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 23.1** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Araucária		Unidade: 001 - Câmara de Vereadores
Função: 01 – Legislativa		Subfunção: 031 - Ação Legislativa
Programa: 0001 – Programa Municipal Legislativo em Ação		
Ação orçamentária: 2001 - Manter e aprimorar o processo legislativo		
Elemento da despesa orçamentária (3): 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO		
Referência: 1142	Vínculo (Fonte): 001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	Exercício: Corrente
Reservado: SIM	Nº da Reserva: 153/2026	Saldo da dotação (após reserva): R\$ 580.536,69
Código e título do desdobramento: 3.3.90.30.41.00 – MATERIAL PARA UTILIZAÇÃO EM GRÁFICA		
Descrição do desdobramento (Plano de Contas TCE/PR 2026): Registrar o valor das despesas com todos os materiais de consumo de uso gráfico, tais como: chapas de off-set, clichês, cola, espirais, fotolitos, logotipos, papel, solventes, tinta, tipos e afins.		
Classificação institucional e Funcional-programática: 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.30.41.0000		





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

Araucária, 01 de junho de 2026.



**VINICIUS MAURICIO DA
COSTA**

01/06/2026 11:36:16

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada.

Responsável pela Solicitação / Diretor Setor Solicitante
(Diretoria de Comunicação Social)



**GABRIELA FRANCISCO
MATIAS**

01/06/2026 11:33:44

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada.

Responsável pela Solicitação / Diretor Setor Solicitante
(Diretoria da Escola do Legislativo)



DESIREE MARA PETRUY

01/06/2026 11:26:28

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada.

Divisão de Compras e Licitações

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/06/2026 11:27:03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/ptc9da6461bc0d>





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO I - DAS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES GERAIS

1 DAS ESPECIFICAÇÕES

1.1 QUADRO GERAL PARA FINS DE COTAÇÃO

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QTDE MIN.	QTDE MÁX	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	01	Banner. Tamanho: 0,70m x 0,90m. Material: Confeccionado em lona brilho. Tipo de impressão: Digital em alta resolução, colorido. Acabamento: Bastão em madeira com cordinha para pendurar.	622992	Un.	6	12		
	02	Banners em lona. Tamanho: 0,85m x 2,10m. Material: Confeccionado em lona brilho. Tipo de impressão: Digital em alta resolução, colorido. Acabamento: Com bainha e ilhós anéis metálicos.	445528	Un.	5	10		
	03	Banners em lona. Tamanho: 1m x 2m. Material: Confeccionado em lona brilho. Tipo de impressão: Digital em alta resolução, colorido. Acabamento: Bastão em madeira com cordinha para pendurar.	477632	Un.	5	10		
	04	Cartaz A3. Material: Papel couchê 150g. Impressão: Digital em alta resolução, colorido. Acabamento: Corte reto.	625041	Un.	600	1.200		
	05	Folders. Tamanhos: 15cm x 21cm. Material: Papel couchê 150g. Acabamento: Corte reto. Impressão: Digital em alta resolução, colorido, frente e verso.	456553	Un.	1.000	2.000		
	06	Flyers. Tamanhos: 21cm x 29,7cm. Material: Papel couchê 150g. Acabamento: Dobra simples para folder. Impressão: Digital em alta resolução, colorido, frente e verso.	471787	Un.	1.000	2.000		
	07	Cartão de visita. Material: Papel couchê. Gramatura: 300 g/m². Tipo de impressão: Digital ou offset, colorida (4x4 cores). Tamanho: 9cm (largura) x 5cm (comprimento) x 0,30mm (espessura). Acabamento: Corte reto, laminação brilho.	630517	Un.	7.500	15.000		
	08	Painéis em polionda 3mm. Tamanhos: 0,60m x 1,2m. Material: Polionda 3mm com suporte tipo pedestal / desmontável. Impressão: Direto no material, alta resolução colorido.	608549	Un.	6	12		
	09	Adesivos personalizados. Tamanho: 15cm x 15cm conforme demanda e a arte solicitada pela Escola do Legislativo. Material: Vinil adesivo branco brilho. Acabamento: Com corte especial e destacáveis conforme a arte. Tipo de impressão: Digital em alta resolução, colorido.	230874	Un.	600	1.200		
	10	Adesivos e etiquetas. Material: Vinil adesivo autocolante. Tipo de impressão: Digital colorida. Tamanho: A4 21cm (largura) x 29,7cm (comprimento) x 0,12mm (espessura aproximada). Aplicação: uso interno e externo com boa resistência à umidade.	472085	Un.	300	600		





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

	11	Adesivos e etiquetas. Material: Vinil adesivo autocolante. Tipo de impressão: Digital colorida. Tamanho: 20cm (largura) x 20cm (comprimento) x 0,12mm (espessura). Acabamento: Corte redondo (incluso o corte). Aplicação: uso interno e externo com boa resistência à umidade.	625738	Un	200	400		
	12	Panfletos e folhetos. Material: Papel couchê. Gramatura: 115 g/m². Tipo de impressão: Offset ou digital, colorida (4x4 cores). Tamanho: A5 14,8cm (largura) x 21cm (comprimento) x 0,11mm (espessura aproximada). Acabamento: corte reto.	471404	Un.	50.000	100.000		
	13	Folders (padrão com dobras) e flyers. Material: Papel couchê. Gramatura: 150 g/m². Tipo de impressão: Colorida (4x0 ou 4x4 cores). Tamanho: A4 21cm (largura) x 29,7cm (comprimento) x 0,15mm (espessura aproximada). Acabamento: 1 ou 2 dobras (conforme modelo enviado posteriormente).	450242	Un.	50.000	100.000		
	14	Cartaz. Material: Papel couchê. Gramatura: 150 g/m². Tipo de impressão: Colorida (4x0 ou 4x4 cores). Tamanho: A3 29,7cm (largura) x 42cm (comprimento) x 0,15mm (espessura aproximada). Acabamento: corte reto.	483924	Un.	500	1.000		
	15	Cartaz. Material: Papel couchê. Gramatura: 150 g/m². Tipo de impressão: Colorida (4x0 ou 4x4 cores). Tamanho: A2 42cm (largura) x 59,4cm (comprimento) x 0,15mm (espessura aproximada). Acabamento: corte reto.	483941	Un.	500	1.000		
VALOR TOTAL LOTE 1								
02	01	Bottons em adesivo vinil. Tamanho: 4cm x 4cm, conforme arte solicitada pela Escola do Legislativo. Material: adesivo vinil. Acabamento: Com recorte redondo. Impressão: Digital em alta resolução, colorido.	634550	Un.	3.000	6.000		
	02	Cartilhas Institucionais tipo livreto, de 24 páginas conforme a demanda solicitada pela Escola do Legislativo. Tamanho: A5 (14,8cm x 21cm). Material: miolo offset 90g, capa couchê 250g. Acabamento: dobra e grampo canoa. Impressão: Digital em alta resolução, colorido 4x4.	390492	Un.	1.000	2.000		
	03	Display de mesa. Tamanho: 15cm x 21cm. Material: Papel couchê 300g. Acabamento: Corte reto com base de sustentação em formato "L" ou apoio traseiro (tipo cavalete) conforme necessidade. Impressão: Digital em alta resolução, colorida 4x0. Personalização: Moldura e elementos visuais serão aplicados conforme a arte fornecida pela Escola do Legislativo.	452361	Un.	600	1.200		
	04	Sinalização Externa de material de Poliestireno (PS) rígido. Tipo de impressão: Digital colorida em alta resolução, com aplicação de adesivo vinílico. Tamanho: 40cm (largura) x 21cm (comprimento) x 2mm (espessura). Acabamento: corte reto.	600279	Un	125	250		
	05	Sinalização interna. Material: Poliestireno (PS) rígido. Tipo de impressão: Digital colorida em alta resolução, com aplicação de adesivo vinílico. Tamanho: 25cm (largura) x 10cm (comprimento) x 2mm (espessura). Acabamento: corte reto.	459126	Un.	125	250		
VALOR TOTAL DO LOTE 2								





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

VALOR TOTAL DOS LOTES 1 E 2	
------------------------------------	--

2 CONDIÇÕES GERAIS

- 2.1** Os orçamentos deverão vir datados e com prazo mínimo de vencimento de 60 (sessenta) dias, a contar da data de envio.
- 2.2** O preço unitário e total deverá ser expresso em moeda corrente nacional.
- 2.3** A proposta deverá conter a descrição detalhada dos itens ofertados, incluindo especificações técnicas (tipo de material, gramatura, dimensões, tipo de impressão, acabamento e demais características pertinentes), bem como o preço unitário e total para as quantidades estimadas.
- 2.4** 2.4 Na nota fiscal deverão constar os itens conforme especificados na contratação, com a respectiva descrição dos materiais fornecidos, em conformidade com a proposta apresentada.
- 2.5** 2.5 A contratada compromete-se a refazer ou substituir, às suas expensas, os materiais gráficos que apresentarem desconformidade com as especificações técnicas, defeitos de impressão, acabamento inadequado ou divergência em relação à arte previamente aprovada pela Administração.
- 2.6** O(s) item(ns) deverá(ão) ser entregue(s) na Câmara Municipal de Araucária, na Rua Irmã Elizabeth Werka, 55, Fazenda Velha, Araucária/PR, no horário das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30, nos dias de expediente, no Setor de Almoxarifado.
- 2.7** Os serviços gráficos deverão observar padrões de qualidade compatíveis com as normas técnicas aplicáveis, inclusive aquelas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, quando pertinentes, bem como boas práticas do setor gráfico.
- 2.8** 2.8 Os materiais deverão ser entregues devidamente acondicionados, de forma a garantir sua integridade, evitando danos como amassados, rasgos, manchas, falhas de impressão ou quaisquer avarias decorrentes do transporte.
- 2.9** 2.9 Não serão recebidos materiais que apresentem defeitos de impressão, baixa qualidade gráfica, divergência de cores em relação ao padrão aprovado, erros de conteúdo ou acabamento inadequado.





ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

N.º do Processo: 9084/2026	ETP n.º: 02	Exercício: 2026	Data: 10/03/2026
--------------------------------------	-----------------------	---------------------------	----------------------------

REVISÃO			
Data	Versão	Descrição	Autores
11/03/2026	1	Finalização da primeira versão do documento	André Marcelo Simas
11/03/2026	2	Versão final do documento	Desiree M. Petruy
25/05/2026	3	Versão final do documento – após pareceres	Desiree M. Petruy

Departamento/Unidade: Escola do Legislativo e Diretoria de Comunicação Social
Setor Requisitante: Escola do Legislativo e Diretoria de Comunicação Social
Responsável: Gabriela Francisco Matias e Vinícius Maurício da Costa **Matrícula:** 6771

1. OBJETO

O objeto da presente licitação é a seleção da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços gráficos, por meio da proposta mais vantajosa, com posterior formalização de Ata de Registro de Preços (ARP), para suprir as demandas institucionais da Câmara Municipal de Araucária.

As condições, quantidades e exigências serão estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), no Item 7 “Estimativas das Quantidades para Contratação”.

2. INTRODUÇÃO

O **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação, sendo o documento que identifica o interesse público envolvido e aponta a solução mais adequada para atendê-lo. Ele também serve como base para a elaboração do **Termo de Referência (TR)**, caso seja confirmada a viabilidade da contratação.

Neste contexto, o presente documento reúne os estudos preliminares que visam a comprovar a viabilidade técnica e econômica para contratação de empresa para Serviços Gráficos.

A contratação de empresa para a prestação de serviços gráficos visa assegurar a produção de materiais técnicos e pedagógicos indispensáveis às atividades legislativas, administrativas e de comunicação social. Tais serviços são essenciais para a execução de publicidade e transparência com a divulgação de atos oficiais, relatórios e informativos, educação e cultura com a confecção de materiais educativos, certificados e manuais, comunicação institucional com a produção de folders, cartazes e campanhas de interação com a sociedade.





Tal contratação, portanto, garante o cumprimento dos princípios constitucionais da publicidade e da eficiência, fortalecendo o vínculo entre o Poder Legislativo e a população.

O objetivo é atender às demandas do Poder Legislativo Municipal e fornecer os subsídios necessários para a elaboração do TR, desde que a solução proposta se mostre viável.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente demanda está em estrita consonância com o objeto licitado, estabelecendo um nexo causal direto entre a contratação de serviços gráficos e a missão institucional da Escola do Legislativo. A produção de materiais — tais como banners, cartazes, folders, flyers, painéis e adesivos — constitui ferramenta indispensável para a viabilização da comunicação pública e para o fortalecimento da transparência administrativa.

Estes insumos atuam como suporte logístico essencial para:

- I. Disseminação de Informações: Promoção de eventos, cursos e projetos pedagógicos;
- II. Fortalecimento da Identidade: Consolidação da identidade visual institucional;
- III. Promoção da Cidadania: Educação legislativa e estímulo à participação popular.

Em conformidade com as diretrizes da Lei nº 3.080/2017, a aquisição destes materiais eleva a qualidade da prestação do serviço público. Ao otimizar o alcance das atividades educativas, assegura-se que o conhecimento seja transmitido ao cidadão de forma clara, profissional e acessível.

Conclui-se, portanto, que a contratação resulta em eficiência operacional, provendo à Escola do Legislativo os meios necessários para o pleno cumprimento de seu papel pedagógico e social, convertendo o investimento em benefício direto para a formação cívica da população.

A compra por lote é uma prática vantajosa na contratação de serviços gráficos. Ela permite economia de escala, redução de custos administrativos, melhoria da gestão de estoque, redução do risco de falta de estoque, melhoria da relação com os fornecedores, redução da burocracia e melhoria da eficiência. Além disso, a compra em lotes amplia a competitividade, simplificando os processos e aumentando a transparência. Por esses motivos, optou-se pela compra em 02 (dois) lotes distintos.

Também necessário apontar a vantajosidade para a Administração na contratação de materiais gráficos por lote, visto que alguns itens possuem pequeno valor e, apesar da quantidade, não compensa ao fornecedor, quando apontados os custos de logística de entrega.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual - 2026.

Os requisitos da aquisição devem contemplar as exigências que a solução contratada deverá atender, incluindo os requisitos mínimos de qualidade e garantia, de modo a possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa mediante competição.

Ressalta-se que a presente contratação de serviços gráficos não se confunde com a contratação de agência de publicidade e propaganda já homologada pela Câmara Municipal de Araucária, inexistindo sobreposição de objetos entre os procedimentos.

A contratação da agência de publicidade, regida pela Lei Federal nº 12.232/2010, possui natureza predominantemente intelectual e estratégica, abrangendo atividades de estudo, planejamento, conceituação, criação, desenvolvimento de campanhas, produção publicitária, intermediação junto aos veículos de comunicação, execução técnica e distribuição de publicidade institucional.

Por sua vez, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar restringe-se à execução material e ao fornecimento de produtos gráficos específicos, sob demanda da Administração, tais como banners, folders,





cartazes, adesivos, cartilhas, sinalizações e demais materiais impressos destinados ao apoio das atividades institucionais, administrativas, educativas e legislativas da Câmara Municipal de Araucária.

Assim, esta contratação não contempla serviços de criação publicitária, planejamento de mídia, campanhas institucionais, intermediação de veiculação, desenvolvimento estratégico de comunicação ou quaisquer atividades típicas de agência de publicidade, limitando-se à confecção e fornecimento dos materiais gráficos conforme especificações técnicas previamente definidas pela Administração.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, que são:

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.





Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação, ou de sociedade simples.

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado do LOTE correspondente à contratação.

As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentado pela empresa.

Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Para fins da comprovação de aptidão, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;





Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;

O prestador dos serviços disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços. Faculta-se ao Pregoeiro a possibilidade de realização de diligências para comprovação/verificação das informações.

Declaração do prestador de serviços atestando que conhece todas as informações e condições locais, se for o caso, para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais, se for o caso, para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado realizado consistiu na análise das alternativas disponíveis, fundamentando técnica e economicamente a escolha da solução ideal. A partir da verificação do objeto e dos requisitos da contratação, identificou-se que a demanda não possui caráter exclusivo ou inédito, sendo amplamente comum em órgãos e entidades públicas de todas as esferas. Nesse cenário, o Sistema de Registro de Preços (SRP) apresenta-se como uma alternativa viável e consolidada entre as empresas do ramo, especialmente pela baixa complexidade do objeto, o que dispensa a necessidade de audiência ou consulta pública para coleta de contribuições.

Ademais, constatou-se a inaplicabilidade da locação dos bens, exigindo-se a contratação de empresa especializada com ramo de atividade estritamente compatível com o objeto pretendido. A análise de contratações similares e editais de outros órgãos não revelou novas metodologias ou tecnologias que alterassem a execução convencional do serviço, evidenciando que as variações de mercado residem apenas na modalidade licitatória aplicada conforme a norma vigente. Por fim, confirma-se a ampla disponibilidade de fornecedores aptos no mercado atual, garantindo que a aquisição atenda plenamente aos requisitos estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar de forma competitiva e eficaz.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Considerando a natureza da demanda, a estratégia mais viável para o atendimento das necessidades da administração é a contratação de serviços gráficos por meio de Pregão Eletrônico, sob o sistema de Registro de Preços. Essa modalidade justifica-se, primordialmente, pela característica contínua dos serviços, permitindo que as solicitações ocorram de forma parcelada durante a vigência da ata, sem que isso gere para o órgão a obrigatoriedade de contratação total do quantitativo estimado.

A escolha pelo Pregão também se fundamenta no fato de o objeto ser classificado como um serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos de maneira objetiva no Edital, utilizando-se de especificações técnicas usuais e amplamente reconhecidas no mercado. Além disso, a viabilidade competitiva do certame é corroborada pelo levantamento de mercado anexado aos autos pela responsável do departamento de compras, o qual demonstra a existência de diversas empresas sólidas e aptas a fornecer o serviço, garantindo, assim, a ampla concorrência e a busca pela proposta mais vantajosa.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), operado por meio de Pregão Eletrônico, apresenta-se como a estratégia mais vantajosa para a Câmara Municipal de Araucária. Essa escolha justifica-se pela flexibilidade operacional do modelo, que desobriga a Administração de empenhar a totalidade do objeto de imediato, permitindo que as contratações sejam formalizadas de forma gradual e conforme a real necessidade do órgão.

Uma vez concluído o certame licitatório, as empresas adjudicatárias deverão executar os serviços respeitando rigorosamente os prazos estabelecidos no Termo de Referência, condicionados à prévia emissão da nota de empenho. É imperativo que a prestação do serviço siga estritamente as especificações técnicas, quantitativos e unidades de medida definidos no instrumento convocatório, garantindo assim a conformidade e a padronização dos itens adquiridos.

7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO

A aquisição será dividida em lotes, conforme tabelas constantes abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QTDE MIN.	QTDE MÁX	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	01	Banner. Tamanho: 0,70x0,90m Material: Confeccionado em lona brilho. Tipo de impressão: Digital em alta resolução, colorido. Acabamento: Bastão em madeira com cordinha para pendurar.	622992	Un.	6	12		
	02	Banners em lona. Tamanho: 2,10 m x 0,85 m. Material: Confeccionado em lona brilho. Tipo de impressão: Digital em alta resolução, colorido. Acabamento: Bastão em madeira com cordinha para pendurar.	608549	Un.	5	10		
	03	Banners em lona. Tamanho: 1 m x 2 m. Material: Confeccionado em lona brilho. Tipo de impressão: Digital em alta resolução, colorido. Acabamento: Bastão em madeira com cordinha para pendurar.	477632	Un.	5	10		
	04	Cartaz A3. Material: Papel couchê 150g á 300g Impressão: Digital em alta resolução, colorido Acabamento: Corte reto	625041	Un.	600	1.200		
	05	Folders. Tamanhos: 15cmx21cm Material: Papel couchê 150g á 300g Acabamento: Corte reto Impressão: Digital em alta resolução, colorido, frente e verso	456553	Un.	1.000	2.000		
	06	Flyers. Tamanhos: 21cmx 29,7cm Material: Papel couchê 150g á 300g Acabamento: Dobra simples para folder Impressão: Digital em alta resolução, colorido, frente e verso.	471787	Un.	1.000	2.000		
	07	Cartão de visita. Material: Papel couchê. Gramatura: 300 g/m². Tipo de impressão: Digital ou offset, colorida (4x4 cores). Tamanho: 9cm (largura) x 5cm (comprimento) x 0,30 mm (espessura). Acabamento: Corte reto, laminação brilho.	630517	Un.	7.500	15.000		





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

	08	Painéis em Acrílico. Tamanhos: 0,60cmx1,2cm Material: Acrílico cristal 3mm com suporte tipo pedestal Acabamento: Bordas Polidas, Acabamento liso e brilhante, Cantos Arredondados Impressão: Direto no material, alta resolução colorido.	634230	Un.	6	12		
	09	Adesivos personalizados. Tamanho: 0,6cmx0,6cm a 15cmx15cm conforme demanda e a arte solicitada pela Escola do Legislativo Material: Vinil adesivo branco brilho. Acabamento: Com corte especial e destacáveis conforme a arte Tipo de impressão: Digital em alta resolução, colorido.	634080	Un.	600	1.200		
	10	Adesivos e etiquetas. Material: Vinil adesivo autocolante. Tipo de impressão: Digital colorida. Tamanho: A4 21 cm (largura) x 29,7 cm (comprimento) x 0,12 mm (espessura aproximada). Aplicação: uso interno e externo com boa resistência à umidade.	472085	Un	300	600		
	11	Adesivos e etiquetas. Material: Vinil adesivo autocolante. Tipo de impressão: Digital colorida. Tamanho: 20 cm (largura) x 20 cm (comprimento) x 0,12 mm (espessura). Acabamento: Corte redondo (inclusive o corte). Aplicação: uso interno e externo com boa resistência à umidade.	625738	Un	200	400		
	12	Panfletos e folhetos. Material: Papel couchê. Gramatura: 115 g/m². Tipo de impressão: Offset ou digital, colorida (4x4 cores). Tamanho: A5 14,8 cm (largura) x 21 cm (comprimento) x 0,11 mm (espessura aproximada). Acabamento: corte reto.	471404	Un.	50.000	100.000		
	13	Folders (padrão com dobras) e flyers. Material: Papel couchê. Gramatura: 150 g/m². Tipo de impressão: Colorida (4x0 ou 4x4 cores). Tamanho: A4 21 cm (largura) x 29,7 cm (comprimento) x 0,15 mm (espessura aproximada). Acabamento: 1 ou 2 dobras (conforme modelo enviado posteriormente).	450242	Un.	50.000	100.000		
	14	- Cartaz. Material: Papel couchê. Gramatura: 150 g/m². Tipo de impressão: Colorida (4x0 ou 4x4 cores). Tamanho: A3 29,7 cm (largura) x 42 cm (comprimento) x 0,15 mm (espessura aproximada). Acabamento: corte reto.	251537	Un.	500	1.000		
	15	Cartaz. Material: Papel couchê. Gramatura: 150 g/m². Tipo de impressão: Colorida (4x0 ou 4x4 cores). Tamanho: A2 42 cm (largura) x 59,4 cm (comprimento) x 0,15 mm (espessura aproximada). Acabamento: corte reto.	358523	Un.	500	1.000		
VALOR TOTAL LOTE 1								

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 05/05/2026 14:29 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p/2026/05/05/1429030003>





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

02	16	Bottons broche. Tamanho: 0,4cmx0,4cm, conforme arte solicitada pela Escola do Legislativo Material: Estrutura metálica com base plástica Acabamento: Redondo Fecho com alfinete Impressão: papel couchê 115g com película brilhante protetora.	634550	Un.	600	1.200		
	17	Cartilhas Institucionais tipo livreto, de 8 a 24 páginas conforme a demanda solicitada pela Escola do Legislativo. Tamanho: A5 (14,8x21cm) Material: miolo offset 90g, capa couchê 250g com laminação brilho Acabamento: dobra e grampo canoa Impressão: Digital em alta resolução, colorido 4x4.	636047	Un.	1.000	2.000		
	18	Display de mesa. Tamanho: 15cmx21cm Material: Papel couchê 300g Acabamento: Corte reto com base de sustentação em formato "L" ou apoio traseiro (tipo cavalete) conforme necessidade, Impressão: Digital em alta resolução, colorida 4x4 Personalização: Moldura e elementos visuais serão aplicados conforme a arte fornecida pela Escola do Legislativo.	605438	Un.	600	1.200		
	19	Sinalização Externa de material de Poliestireno (PS) rígido. Tipo de impressão: Digital colorida em alta resolução, com aplicação de adesivo vinílico. Tamanho: 40cm (largura) x 21cm (comprimento) x 2 mm (espessura). Acabamento: corte reto.	600279	Un.	125	250		
	20	Sinalização interna. Material: Poliestireno (PS) rígido. Tipo de impressão: Digital colorida em alta resolução, com aplicação de adesivo vinílico. Tamanho: 25cm (largura) x 10cm (comprimento) x 2mm (espessura). Acabamento: corte reto.	359640	Un.	125	250		
VALOR TOTAL DO LOTE 2								
VALOR TOTAL DOS LOTES 1 E 2								

Tabela 1

¹Classe: refere-se ao CNAE do produto e (ou) do serviço.

²CatSer: refere-se ao Catálogo de Serviços do sistema Compras.gov.br.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

Conforme previsão apontada no Documento de Formalização de Demanda (DFD) nº 13/2026 da Escola do Legislativo e do DFD nº 02/2026 (versão atualizada) da Diretoria de Comunicação Social, estima-se que o valor total dos serviços, que poderão ser contratados, conforme demanda a ser indicada pela Diretoria Administrativa da CMA, é de, aproximadamente, **R\$ 209.021,04 (duzentos e nove mil, vinte e um reais e**





quatro centavos), Baseando-se na pesquisa de mercado atualizada através dos Portal COMPRAS.GOV e PNCP na data de 10 de março de 2026.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO CONTRATAÇÃO

Não se vislumbra, técnica ou economicamente, viabilidade no fracionamento. Sendo assim, a solução deve ser adquirida de forma integrada, contemplando os serviços previstos neste ETP.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas ou interdependentes.

11. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAIS (PCA)

A previsão de contratação consta no PCA 2026, Revisão 06.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação busca, primordialmente, assegurar a eficiência operacional e a continuidade das atividades da Câmara Municipal de Araucária, garantindo que as demandas por materiais gráficos sejam atendidas com agilidade e qualidade técnica. Ao optar pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), a Administração pretende alcançar uma gestão orçamentária mais racional, permitindo que a aquisição dos itens ocorra de forma sob demanda, evitando o imobilismo de estoque e o desperdício de recursos públicos. Além da economia de escala proporcionada pela ampla competitividade do Pregão Eletrônico, espera-se que o processo resulte em uma padronização visual e técnica dos materiais produzidos, em estrita observância aos padrões de mercado e às especificações detalhadas no Termo de Referência. O objetivo final é estabelecer uma parceria com empresa especializada que demonstre solidez e capacidade de execução, garantindo que a comunicação institucional e os serviços administrativos do órgão não sofram interrupções por falta de insumos, consolidando assim uma contratação pautada pela transparência, vantajosidade econômica e pleno atendimento ao interesse público.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Recomenda-se a formalização de Contrato de Prestação de Serviços, com a devida publicação de seus valores, incluindo as cláusulas referentes às possíveis prorrogações e seus aditivos de prazos, conforme consta no art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A Contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e demais envolvidos na prestação dos serviços. O desempenho das atividades prestadas deverá estar alinhado com os projetos de sustentabilidade da Contratante, devendo ser observadas, no que couber, as disposições constantes no Guia de Contratações Sustentáveis - https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/agu-na-cop30/central-de-conteudos/edicao_2025_do_guia_final_para_cop30.pdf





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

15. MAPA DE RISCOS

A presente contratação de serviços gráficos, a ser realizada por meio de Pregão Eletrônico, prescinde da elaboração de um Mapa de Riscos detalhado em virtude da natureza comum e da baixa complexidade do objeto demandado. Conforme verificado no Estudo Técnico Preliminar, os serviços solicitados possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo mercado, não apresentando variáveis tecnológicas ou operacionais críticas que exijam uma matriz de riscos complexa para assegurar a execução contratual.

A opção pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) já atua como um mecanismo intrínseco de mitigação de riscos financeiros e operacionais, uma vez que a Administração não se obriga a contratar quantitativos totais, podendo ajustar os pedidos conforme a necessidade real e a disponibilidade orçamentária. Além disso, as cláusulas editalícias e o Termo de Referência já preveem sanções administrativas e critérios rigorosos de aceitabilidade, os quais são suficientes para resguardar a Câmara Municipal de eventuais inadimplementos.

Portanto, em observância aos princípios da eficiência e da proporcionalidade, entende-se que a elaboração de um Mapa de Riscos apartado geraria um rito burocrático desnecessário, sem agregar valor prático à segurança jurídica do certame, visto que os riscos inerentes a essa categoria de serviço são residuais e plenamente controláveis pelas ferramentas padrão de gestão e fiscalização de contratos.

Segue abaixo quadro expositivo:

Id	Risco	Fase	Probab.	Impacto	Dano	Ação Preventiva	Sector Responsável	Contingência
1	Levantamento inadequado das necessidades institucionais	Interna (Planejamento)	Média	Alto	Contratação de quantitativos insuficientes ou incompatíveis com a demanda	Levantamento prévio das demandas e validação junto aos setores requisitantes	Diretoria Administrativa / Compras	Revisão dos quantitativos e eventual nova contratação. Responsável: Compras e Diretoria Administrativa
2	Descritivo do objeto insuficiente ou inadequado	Interna (Planejamento)	Média	Alto	Recebimento de materiais fora do padrão esperado	Elaboração detalhada das especificações técnicas e revisão do Termo de Referência	Compras / Setor Requisitante	Ajuste do descritivo e retificação dos documentos. Responsável: Compras e Jurídico
3	Pesquisa de preços insuficiente ou incompatível com o mercado	Interna (Planejamento)	Baixa	Alto	Orçamento superestimado ou inexequível	Utilização de múltiplas fontes de pesquisa e validação dos valores coletados	Compras	Revisão da pesquisa de preços e atualização do orçamento estimado. Responsável: Compras
4	Processo licitatório demorar para tramitar	Interna	Baixa	Alto	Prejuízo ao atendimento das demandas institucionais	Acompanhamento contínuo do processo pelos setores responsáveis	Diretoria Administrativa / Compras / Jurídico	Priorização da tramitação processual. Responsável: Diretoria Administrativa e Compras
5	Edital conter exigências restritivas à competitividade	Interna	Baixa	Alto	Impugnações, recursos e eventual anulação do certame	Revisão técnica e jurídica do edital	Pregoeiro / Compras / Jurídico	Retificação do edital e reabertura de prazo. Responsável: Pregoeiro e Compras
6	Seleção de fornecedor sem capacidade técnica adequada	Externa	Baixa	Alto	Falhas na execução dos serviços e atraso nas entregas	Exigência de atestados e comprovação de capacidade técnica compatível	Pregoeiro / Compras	Aplicação das sanções e convocação dos demais classificados. Responsável: Pregoeiro e Gestão de Contratos
7	Propostas inexequíveis	Externa	Média	Alto	Descumprimento contratual ou abandono da execução	Análise de exequibilidade e diligências durante o certame	Pregoeiro	Convocação dos demais classificados ou revogação do item. Responsável: Pregoeiro e Jurídico
8	Atraso na entrega dos materiais gráficos	Externa	Média	Alto	Comprometimento de eventos e demandas institucionais	Definição clara dos prazos e fiscalização contínua	Fiscal do Contrato	Aplicação das sanções e cobrança formal da contratada. Responsável: Fiscal e Gestão de Contratos
9	Divergência entre a arte aprovada e o material entregue	Externa	Média	Média	Necessidade de reimpressão e atraso na utilização dos materiais	Aprovação formal da arte antes da produção	Fiscal / Setor Requisitante	Solicitação de substituição sem custos adicionais. Responsável: Fiscal e Contratada





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

10	Entrega de materiais em desconformidade com as especificações	Externa	Média 	Alto 	Recebimento de produtos inadequados para uso institucional	Fiscalização do material no recebimento	Fiscal / Gestão de Contratos	Recusa do material e substituição pela contratada. Responsável: Fiscal e Contratada
11	Falhas na comunicação entre contratada e fiscalização	Externa	Média 	Média 	Atrasos e falhas operacionais	Formalização dos canais de comunicação e responsáveis	Fiscal do Contrato	Registro formal das ocorrências e notificação da contratada. Responsável: Fiscal
12	Descontinuidade da prestação dos serviços	Externa (Utilização)	Baixa 	Alto 	Interrupção do atendimento das demandas gráficas	Exigência de regularidade fiscal e capacidade operacional da contratada	Gestão de Contratos / Fiscal	Convocação dos demais fornecedores registrados. Responsável: Gestão de Contratos e Compras
13	Oscilação significativa dos preços de mercado	Externa (Utilização)	Média 	Médio 	Desequilíbrio econômico da Ata de Registro de Preços	Pesquisa de preços atualizada e acompanhamento do mercado	Compras / Gestão de Contratos	Revisão dos preços, quando cabível. Responsável: Gestão de Contratos e Jurídico
14	Insatisfação com os serviços prestados	Externa (Utilização)	Média 	Médio 	Não atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Araucária	Definição clara dos padrões de qualidade e fiscalização contínua	Diretoria Administrativa / Fiscal	Aplicação de sanções e eventual rescisão contratual. Responsável: Fiscal e Gestão de Contratos

16. A FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

Fiscal: Rosimaria Araújo da Silva.

Fiscal Substituto: Helton Fabio Farias.

Gestor: Lucivanda Silva Camargo.

Gestor Substituto: Não designado.

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O planejamento, que ao final subscreve o presente estudo técnico preliminar (ETP), nos termos do parágrafo 1.º e inciso XIII do artigo 18 da Lei 14.133/2021 declara viável esta contratação.

Araucária, 25 de maio de 2026.



DESIREE MARA PETRUY

25/05/2026 14:09:24

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA

Assinatura digital avançada.

Chefe da Divisão de Compras e Licitações



VINICIUS MAURICIO DA COSTA

25/05/2026 14:10:33

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA

Assinatura digital avançada.

Área requisitante



GABRIELA FRANCISCO MATIAS

25/05/2026 15:37:54

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA

Assinatura digital avançada.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA
MODELO PROPOSTA DE PREÇOS
“À CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA”

PREGÃO Nº ____ / 2026 - MENOR PREÇO POR LOTE - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO
“ABERTURA DIA ____ / ____ / 2026, ÀS ____ : ____ h”
“NÚMERO DO CNPJ DA EMPRESA”
“RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE”

OBS: OS SERVIÇOS DEVEM OBEDECER ÀS ESPECIFICAÇÕES COMPLETAS CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QTDE MIN.	QTDE MÁX	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	01	Banner. Tamanho: 0,70m x 0,90m. Material: Confeccionado em lona brilho. Tipo de impressão: Digital em alta resolução, colorido. Acabamento: Bastão em madeira com cordinha para pendurar.	622992	Un.	6	12		
	02	Banners em lona. Tamanho: 0,85m x 2,10m. Material: Confeccionado em lona brilho. Tipo de impressão: Digital em alta resolução, colorido. Acabamento: Com bainha e ilhós anéis metálicos.	445528	Un.	5	10		
	03	Banners em lona. Tamanho: 1m x 2m. Material: Confeccionado em lona brilho. Tipo de impressão: Digital em alta resolução, colorido. Acabamento: Bastão em madeira com cordinha para pendurar.	477632	Un.	5	10		
	04	Cartaz A3. Material: Papel couchê 150g. Impressão: Digital em alta resolução, colorido. Acabamento: Corte reto.	625041	Un.	600	1.200		
	05	Folders. Tamanhos: 15cm x 21cm. Material: Papel couchê 150g. Acabamento: Corte reto. Impressão: Digital em alta resolução, colorido, frente e verso.	456553	Un.	1.000	2.000		
	06	Flyers. Tamanhos: 21cm x 29,7cm. Material: Papel couchê 150g. Acabamento: Dobra simples para folder. Impressão: Digital em alta resolução, colorido, frente e verso.	471787	Un.	1.000	2.000		
	07	Cartão de visita. Material: Papel couchê. Gramatura: 300 g/m². Tipo de impressão: Digital ou offset, colorida (4x4 cores). Tamanho: 9cm (largura) x 5cm (comprimento) x 0,30mm (espessura). Acabamento: Corte reto, laminação brilho.	630517	Un.	7.500	15.000		
	08	Painéis em políondra 3mm. Tamanhos: 0,60m x 1,2m. Material: Políondra 3mm com suporte tipo pedestal / desmontável. Impressão: Direto no material, alta resolução colorido.	608549	Un.	6	12		
	09	Adesivos personalizados. Tamanho: 15cm x 15cm conforme demanda e a arte solicitada pela Escola do Legislativo. Material: Vinil adesivo branco brilho. Acabamento: Com corte especial e destacáveis conforme a arte. Tipo de impressão: Digital em alta resolução, colorido.	230874	Un.	600	1.200		
	10	Adesivos e etiquetas. Material: Vinil adesivo autocolante. Tipo de impressão: Digital colorida. Tamanho: A4 21cm (largura) x 29,7cm (comprimento) x 0,12mm (espessura aproximada). Aplicação: uso interno e externo com boa resistência à umidade.	472085	Un.	300	600		
	11	Adesivos e etiquetas. Material: Vinil adesivo autocolante. Tipo de impressão: Digital colorida.	625738	Un.	200	400		



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

		Tamanho: 20cm (largura) x 20cm (comprimento) x 0,12mm (espessura). Acabamento: Corte redondo (incluso o corte). Aplicação: uso interno e externo com boa resistência à umidade.					
	12	Panfletos e folhetos. Material: Papel couchê. Gramatura: 115 g/m². Tipo de impressão: Offset ou digital, colorida (4x4 cores). Tamanho: A5 14,8cm (largura) x 21cm (comprimento) x 0,11mm (espessura aproximada). Acabamento: corte reto.	471404	Un.	50.000	100.000	
	13	Folders (padrão com dobras) e flyers. Material: Papel couchê. Gramatura: 150 g/m². Tipo de impressão: Colorida (4x0 ou 4x4 cores). Tamanho: A4 21cm (largura) x 29,7cm (comprimento) x 0,15mm (espessura aproximada). Acabamento: 1 ou 2 dobras (conforme modelo enviado posteriormente).	450242	Un.	50.000	100.000	
	14	Cartaz. Material: Papel couchê. Gramatura: 150 g/m². Tipo de impressão: Colorida (4x0 ou 4x4 cores). Tamanho: A3 29,7cm (largura) x 42cm (comprimento) x 0,15mm (espessura aproximada). Acabamento: corte reto.	483924	Un.	500	1.000	
	15	Cartaz. Material: Papel couchê. Gramatura: 150 g/m². Tipo de impressão: Colorida (4x0 ou 4x4 cores). Tamanho: A2 42cm (largura) x 59,4cm (comprimento) x 0,15mm (espessura aproximada). Acabamento: corte reto.	483941	Un.	500	1.000	
VALOR TOTAL LOTE 1							
02	01	Bottons em adesivo vinil. Tamanho: 4cm x 4cm, conforme arte solicitada pela Escola do Legislativo. Material: adesivo vinil. Acabamento: Com recorte redondo. Impressão: Digital em alta resolução, colorido.	634550	Un.	3.000	6.000	
	02	Cartilhas Institucionais tipo livreto, de 24 páginas conforme a demanda solicitada pela Escola do Legislativo. Tamanho: A5 (14,8cm x 21cm). Material: miolo offset 90g, capa couchê 250g. Acabamento: dobra e grampo canoa. Impressão: Digital em alta resolução, colorido 4x4.	390492	Un.	1.000	2.000	
	03	Display de mesa. Tamanho: 15cm x 21cm. Material: Papel couchê 300g. Acabamento: Corte reto com base de sustentação em formato "L" ou apoio traseiro (tipo cavalete) conforme necessidade. Impressão: Digital em alta resolução, colorida 4x0. Personalização: Moldura e elementos visuais serão aplicados conforme a arte fornecida pela Escola do Legislativo.	452361	Un.	600	1.200	
	04	Sinalização Externa de material de Poliestireno (PS) rígido. Tipo de impressão: Digital colorida em alta resolução, com aplicação de adesivo vinílico. Tamanho: 40cm (largura) x 21cm (comprimento) x 2mm (espessura). Acabamento: corte reto.	600279	Un.	125	250	
	05	Sinalização interna. Material: Poliestireno (PS) rígido. Tipo de impressão: Digital colorida em alta resolução, com aplicação de adesivo vinílico. Tamanho: 25cm (largura) x 10cm (comprimento) x 2mm (espessura). Acabamento: corte reto.	459126	Un.	125	250	
VALOR TOTAL DO LOTE 2							
VALOR TOTAL DOS LOTES 1 E 2							

OBS: Em caso de existência de discordância entre as especificações do objeto descritas no COMPRAS.GOV.BR, prevalecerão as constantes neste Edital.

Nome e assinatura do representante legal ou procurador da empresa, devidamente identificado através da documentação apresentada.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

Dados do responsável:

Nome: _____;

RG nº: _____;

CPF nº: _____;

Cargo/Função ocupada: _____;

Fone: _____.

Prazo de validade da proposta: _____ (não inferior a 60 dias), contados da data da entrega de seu respectivo envelope.

Cidade/UF, ____ de _____ de _____.

(Assinatura, nome, cargo, RG do representante legal e carimbo da empresa)



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

ANEXO IV - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº XX/2026

Pregão Eletrônico nº XXXX/2026

Interessado: Câmara Municipal de Araucária

A Câmara Municipal de Araucária, com sede no Estado do Paraná, na cidade de Araucária inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.134.012/0001-04, neste ato representada pelo seu Presidente e Ordenador de Despesas, nomeado pelo Termo de Posse dos Vereadores da 19ª Legislatura: 2025/2028, registrado no 1º Registro de Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica de Araucária/PR, Registrado sob o nº 0048389, no dia 30 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº XXX/2026, publicada no XX de XXXXX/2026, processo administrativo nº 9.084/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 39.132, de 15 de março de 2023 e na Resolução nº 91/2023 de 30 de março de 2023, que regulamentou a Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Poder Legislativo do Município de Araucária-PR e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1** A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços gráficos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, especificado(s) no(s) item(ns) 01 do Termo de Referência, Anexo II, do Edital de Licitação nº XXXX/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1** O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor							
	(Razão Social, CNPJ/MF, Endereço, Contatos, Representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unit.	Prazo de garantia ou validade

- 2.2** A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como Anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

- 3.1** O órgão gerenciador será a Câmara Municipal de Araucária.
- 3.2** Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1** Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação, sob a justificativa de que o Edital de Licitação não permitiu adesões, legalmente amparada pelo Decreto Municipal nº 39.132/2023.
- 4.2** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**
- 5.1** O prazo de vigência da ata de registro de preços, contando a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme Decreto Municipal nº. 39132 de 2023.
- 5.2** O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços (se houver) terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.3** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.4** A contratação com os fornecedores registrados na Ata será formalizada pela Câmara Municipal de Araucária, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, ordem de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5** O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.6** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços (se houver) poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.7** Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:
- I)** Serão registrados na Ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital de Licitações e se obrigar nos limites dela, conforme art. 82, IV da Lei nº 14.133/2021;
 - II)** Será incluído na Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
 - a)** Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
 - b)** Mantiverem sua proposta original.
 - III)** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na Ata.
- 5.8** O registro a que se refere o item II) tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.9** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.10** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II), alínea b) do subitem 5.7 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- I)** Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de Licitação; e



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- II)** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.
- 5.11** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.
- 5.12** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para, no prazo de até 03 (três) dias úteis contados a partir da data de sua convocação, assinar a Ata de Registro de Preços, conforme condições estabelecidos no Edital de Licitação ou no aviso de Contratação Direta, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133 de 2021.
- 5.13** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.14** A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital.
- 5.15** Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.10 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.16** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o inciso II), alínea a), do subitem 5.7 aceitar a contratação nos termos do inciso anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital de Licitação, poderá:
- I)** Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- II)** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.17** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
- 6.1** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- I)** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- II)** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- III)** Na hipótese de previsão no Edital de Licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- a) No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- b) No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Câmara Municipal de Araucária convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.2** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.3** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 7.4** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.5** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, será facultado ao fornecedor requerer à Câmara Municipal de Araucária a alteração do preço registrado, mediante comprovação (apresentação de ao mínimo 02 Notas Fiscais de Distribuidores e/ou demais documentos) de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.6** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória (mínimo 02 Notas Fiscais de Distribuidores e/ou demais documentos) e/ou planilha de custos, que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.7** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.8** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.10 e incisos.
- 7.9** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.10** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.5 e no subitem 7.6, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1 O registro do fornecedor será cancelado pela Câmara Municipal de Araucária, quando o fornecedor:

- I)** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;
- II)** Não retirar a nota de empenho, ordem de compra ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- III)** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 305 do Decreto Municipal n.º 39.132/2023;
- IV)** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá a Câmara Municipal de Araucária, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.5 será formalizado por Despacho da Câmara Municipal de Araucária, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a Câmara Municipal de Araucária poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pela Câmara Municipal de Araucária, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I)** Por razão de interesse público;
- II)** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III)** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art 305 do Decreto Municipal n.º 39.132/2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1 Conforme Art. 155 da Lei 14.133 de 2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente em caso de:

- I)** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II)** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III)** Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV)** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeira/a durante o certame;
- V)** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:
 - a)** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b)** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - d) Deixar de apresentar amostra;
 - e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;
- VI)** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida e válida para a contratação;
- VII)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII)** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- IX)** Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI)** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII)** Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- I)** Advertência;
 - II)** Multa;
 - III)** Impedimento de licitar e contratar; e
 - IV)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3** Na aplicação das sanções serão considerados:
- I)** A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II)** As peculiaridades do caso concreto;
 - III)** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV)** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - V)** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4** Caso a CONTRATADA, seja responsabilizada por ato, que esteja enquadrado em algum subitem do item 9.1, estará sujeita às sanções, conforme consta no art. 156, Lei 14.133/2021:
- I)** **Advertência**, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista, inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
 - II)** A **Multa** será recolhida em percentual de 10% a 20% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - a) Para as infrações previstas no item 9.1, subitens I), II) e III), a multa será de 20% do valor do contrato licitado.
 - b) Para as infrações previstas no item 9.1, subitens V), VI), VII), VIII) e IX), a multa será de 20% do valor do contrato licitado.
 - c) Nos casos de reincidência formalmente notificada de qualquer descumprimento passível de advertência e no descumprimento dos prazos



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

estabelecidos e condições de entrega/recebimento contidos no Edital, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

III) Impedimento de licitar e contratar com o Município, pelo prazo máximo de 03 (três) anos pelas infrações administrativas previstas nos subitens II), III), IV), V), VI) e VII) do item 9.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção.

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelas infrações administrativas previstas nos subitens VIII), IX), X), XI) e XII) do item 9.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

- 9.5** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6** No processo de aplicação de sanções para apuração de responsabilidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 15 (quinze) dias úteis contado da data de sua intimação.
- 9.7** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido no item 5.12, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 9.8** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.9** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.10** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.11** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 9.12** Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a CONTRATADA fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
- 9.13** As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

9.14 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.

9.15 É da competência do Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Araucária a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços.

10. DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

10.1 O prazo de entrega do objeto terá início após o envio da Ordem de Compra e da arte aprovada pela Câmara Municipal de Araucária.

10.2 O prazo legal de validade da Ordem de Compra é de 30 (trinta) dias corridos

10.3 O **prazo de entrega dos itens será de até 15 (quinze) dias corridos**, em remessa única, prorrogáveis por até mais 15 (quinze) dias corridos, não ultrapassando o limite de 30 (trinta) dias corridos.

10.3.1 A prorrogação será mediante solicitação e justificativa enviada por e-mail (fiscal.contratos@araucaria.pr.leg.br) e/ou devidamente protocolada na Câmara Municipal de Araucária, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis do vencimento do prazo.

I) A justificativa será analisada pela Fiscalização, que concederá ou não a prorrogação conforme critérios da Administração;

II) O prazo de resposta para pedidos de prorrogação são de 02 (dois) dias úteis;

III) Fica a Fiscalização de Contratos (fiscal.contratos@araucaria.pr.leg.br) responsável por comunicar por correio eletrônico (e-mail) a decisão ao requerente;

IV) O prazo de entrega terá início a partir da data de envio da Ordem de Compra e da arte aprovada pela Câmara Municipal de Araucária, encaminhadas ao fornecedor por correio eletrônico (e-mail);

V) O prazo da prorrogação terá seu início informado no documento expedido que a autorizar.

10.4 O item que não atender as especificações do Termo de Referência será devolvido, ficando o fornecedor obrigado a substituir o produto diretamente a CMA, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após ser notificado.

10.5 Os itens deverão ser entregues mediante recebimento da Ordem de Compra acompanhada da nota fiscal para conferência, que ocorrerá no ato da entrega na CMA por servidor competente (fiscal do contrato).

10.6 Horário para entrega dos produtos das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30, nos dias de expediente.

10.7 Os itens serão entregues no seguinte endereço: Rua Irmã Elizabeth Werka, 55, Fazenda Velha, Araucária/PR, CEP 83.704-580, no Edifício da Câmara Municipal de Araucária.

10.8 O objeto deverá estar rigorosamente de acordo com o que foi especificado neste Termo de Referência.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo II do Edital de Licitação n. XX/2026.

- 11.2** Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

12. DA FISCALIZAÇÃO

- 12.1** Fica sob responsabilidade da Câmara de Vereadores de Araucária, por meio do Fiscal de Contratos Helton Fabio Farias, Matrícula nº. 2032-1 e CPF nº. 009.XXX.XXX-09 ou, quando necessário, a Fiscal Substituta Rosimaria Araújo da Silva, Matrícula nº 2054 e CPF nº 829.XX.XXX.49, acompanhar a execução da entrega, registrar em relatório todas as ocorrências relacionadas com a sua execução e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 12.2** O(s) fiscal(is) indicados no Documento de Formalização de Demanda (DFD) deverão acompanhar efetivamente a execução contratual, promovendo o devido controle quanto à entrega, qualidade e necessidade dos produtos e serviços executados.

13. DA GESTÃO DE CONTRATOS

- 13.1** Fica sob responsabilidade da Câmara de Vereadores de Araucária, por meio do(a) Gestor(a) Lucivanda Silva Camargo, CPF nº 489.XXX.XXX-20 (Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos, tomar providências para a formalização de Processo Administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções conforme art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 13.2** O(s) gestor(es) indicados no Documento de Formalização de Demanda (DFD) deverão acompanhar efetivamente a execução contratual, promovendo o devido controle quanto à entrega, qualidade e necessidade dos produtos e serviços executados

Local e data

Representante

Presidente da Câmara Municipal de Araucária



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

ANEXO
CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor							
	(Razão Social, CNPJ/MF, Endereço, Contatos, Representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unit.	Prazo de garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor							
	(Razão Social, CNPJ/MF, Endereço, Contatos, Representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unit.	Prazo de garantia ou validade